

PENSAR A CIDADE, AGIR NO CAMPO

Proposta de intervenção para as margens periurbanas do Lis

Sofia Catarina Ribeiro Baptista

Prova Final de Licenciatura em Arquitectura

Orientador: Arq. Luís Miguel Correia

Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade de Coimbra

Fevereiro de 2009

Aos meus pais e ao Bruno pelo apoio incondicional.

À restante família, em particular, aos irmãos, tia Luísa e tio Agostinho.

Ao Marco e aos amigos que me acompanharam durante este percurso.

À população d'as Cortes, a quem dedico este trabalho.

*À Câmara Municipal de Leiria pela informação disponibilizada
através do Arq. António Figueiredo.*

Ao Arq. Luís Miguel Correia por ter acreditado neste trabalho.

SIGLAS E ABREVIATURAS

- ADAE** _ Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura
ADL _ Associação de Desenvolvimento Local
CEE _ Comunidade Económica Europeia
GAL _ Grupo de Acção Local
INE _ Instituto Nacional de Estatística
NUT _ Nomenclatura de Unidades Territoriais
OCDE _ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OT _ Ordenamento do Território
PAC _ Política Agrícola Comum
PDM _ Plano Director Municipal
PDR _ Plano de Desenvolvimento Regional
PGM _ Plano Geral de Melhoramentos
PGU _ Plano Geral de Urbanização
PMOT _ Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNDR _ Plano Nacional de Desenvolvimento Rural
PNPOT _ Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território
PP _ Plano de Pormenor
PROT _ Plano Regional de Ordenamento do Território
PU _ Plano de Urbanização
RAN _ Reserva Agrícola Nacional
REN _ Reserva Ecológica Nacional
UNESCO _ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PARTE I - Planeamento sustentável do território	
1.1 A CIDADE E O ESPAÇO URBANO	
A evolução urbana	7
A dimensão político-legislativa	13
A cidade difusa	16
Limites urbanos	21
1.2 O CAMPO E O ESPAÇO RURAL	
Das aldeias ao rural	23
Das políticas agrícolas às políticas rurais	24
O papel das comunidades	28
Observações sobre a RAN e REN	29
O turismo rural	33
1.3 O TERRITÓRIO, A PAISAGEM E O ESPAÇO DE TRANSIÇÃO	
Ordenamento do território	35
A paisagem	37
Património e identidade	39
Aproximando a cidade e o campo	42
Territórios periurbanos	46
PARTE II - Proposta de intervenção para as margens periurbanas do Lis	
2.1 ENQUADRAMENTO	
<i>Leiria</i> no contexto regional e <i>Cortes</i> no contexto municipal	55
História e morfologia urbana _ <i>Leiria</i>	61
Breve leitura histórica _ <i>Cortes</i>	66
Caracterização socioeconómica	69
<i>Viver Leiria</i>	73
2.2 ESTRATÉGIA DA INTERVENÇÃO	
Avaliações de Leiria pós-Polis	85
<i>Pensar Global, Agir Local</i>	88
Cortes, um património a conhecer	89
O rio como paisagem	95
Iniciativas comunitárias	99
Diagnóstico: uma freguesia adiada	101
Objectivos estratégicos da intervenção	106
2.3 CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO	
Os grandes eixos da intervenção	109
Descrição das acções	111
Efeitos territoriais da intervenção	126
2.4 PEÇAS DESENHADAS	127
CONCLUSÃO	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
ORIGEM DAS ILUSTRAÇÕES	159

INTRODUÇÃO

O presente ensaio aborda o planeamento do território, em particular, a forma de crescimento insustentável das nossas cidades que envolvem todo o uso do solo para aproximar a habitação, o trabalho e o lazer.

Assim, a partir da expressão *Pensar Global, Agir Local* da Agenda 21¹, proponho uma outra: *Pensar a Cidade, Agir no Campo*, pois as cidades só são sustentáveis se integradas num território que largamente ultrapassa o perímetro urbano. O trabalho toma um carácter mais prático e concreto ao *Pensar a Cidade* de Leiria, *Agindo no Campo* envolvente ao seu perímetro urbano, com uma proposta de intervenção para as margens periurbanas do Lis (zona baixa), a sudeste da cidade. Este estudo reflecte-se numa estratégia de planificação dos espaços situados em torno da cidade, com o entendimento desta no seu conjunto de freguesias como forma de promover um planeamento sustentável, dando sentido aos fragmentos periurbanos dispersos pelo território.

No momento em que questioneei o tema a abordar no âmbito da Prova Final do curso de Arquitectura não posso deixar de referir a minha afecção perante este trabalho e, conseqüentemente, o caminho que tomou. Talvez o facto de ter concluído o primeiro ano de Arquitectura Paisagista tenha, também, influenciado o desenvolvimento do trabalho, assim como as experiências adquiridas em viagens além-fronteiras, sobretudo às do Norte da Europa, com as quais pretendi, ao longo do percurso académico, adquirir uma visão que me permitisse construir um discurso crítico perante a realidade passada e presente que me envolve, ou mesmo, situações que me irão surgir na actividade profissional futura.

A afinidade pessoal a um contexto rural, ainda não suburbano, bem como uma preocupante necessidade de se encararem as mudanças nos campos e nas cidades, não

¹ A *Agenda 21* é o principal documento extraído da Rio-92, encontro mundial que ocorreu no Brasil para discutir o desenvolvimento sustentável.

como processos independentes e auto-sustentados, mas como o resultado de um processo complexo e global, suscitaram esta análise da expansão das cidades sobre os campos. Assim, o objectivo deste trabalho é estudar o espaço de transição do urbano para o rural - o espaço periurbano, que constitui nos dias de hoje grande parte do nosso território litoral - e a sua importância no ordenamento do território, através de um caso de estudo. Deste modo, o trabalho está estruturado em duas grandes partes.

A primeira, marcadamente teórica, é constituída pela temática propriamente dita – *o território, a paisagem e o espaço de transição* [1.3] - e por dois capítulos que a antecedem e que lhe servem de apoio: *a cidade e o espaço urbano* [1.1], seguida do *campo e o espaço rural* [1.2]. Procura-se analisar o estado actual da cidade – difusa - recuando ao séc. XIX, às críticas do Movimento Moderno e à cidade do séc. XX, para posteriormente caracterizar a cidade de hoje, do séc. XXI, e as suas mutações urbanas. Como contraponto é feita uma breve análise do espaço rural e a sua ligação com o espaço agrícola e “natural”, para em seguida partir para o espaço periurbano e suas relações cidade-campo, como que unindo o território.

A bibliografia utilizada teve como referência Solá-Morales, François Ascher, Nuno Portas, entre outros urbanistas, para através dos seus estudos e indicações sobre a cidade, partir para o restante território.

A cidade é, por razões irrefutáveis, o espaço privilegiado da Arquitectura. Ao contrário do planeamento urbano e suburbano, o planeamento rural e periurbano é um tema ainda pouco debatido na Arquitectura. Tem sido a arquitectura paisagista e a geografia a explorá-los mais intensamente: autores como Ribeiro Telles no paisagismo; e geógrafos como Álvaro Domingues, Carminda Cavaco, Espanha, cujos relatórios, entrevistas, artigos de revistas e jornais, serviram de base para o estudo destes espaços, bem como outros documentos elaborados por áreas como a sociologia, antropologia e economia. Perante esta pesquisa, procurei fundir estes diferentes conhecimentos, de diferentes áreas no âmbito da disciplina de Arquitectura.

Na segunda parte, teórico-prática, apresenta-se o caso de estudo referente a uma das freguesias periurbanas do conselho de Leiria, Cortes.

O rio Lis é um elemento de grande carga simbólica, histórica e paisagística em Leiria, constituindo-se no elemento agregador e factor de identificação desta comunidade; razão suficiente para o Programa Polis em Leiria incidir na requalificação e valorização do mesmo, e para o qual eu proponho a sua continuação com a elaboração de um plano estratégico de intervenção para as margens periurbanas do Lis, desde a extremidade sul do Polis até à sua nascente, numa extensão de aproximadamente 8 km. O projecto tem como objectivo realçar o papel do rio como eixo central e estratégico de dinamização, um fio condutor vigoroso que promova o desenvolvimento sustentável da região.

Esta parte do trabalho foi estruturada com base em planos estratégicos já elaborados, nomeadamente, os do Programa Polis. Assim, num primeiro capítulo é feito um *enquadramento* [2.1] geográfico, histórico e socioeconómico da zona a intervir, no segundo a descrição da *estratégia de intervenção* [2.2], no terceiro capítulo a sua *caracterização* [2.3] e por último, as *peças desenhadas* [2.4] referentes à proposta de intervenção.

Além do necessário método documental (teórico/reflexivo), este estudo traz associado o método experimental (prático/projectual), para o qual foi realizado trabalho de campo: além da análise física ao território, foram também analisados os seus aspectos sociais e económicos, acompanhados por abordagens feitas à população para, deste modo, melhor compreender a realidade do território em todas as suas dimensões e, deste modo, atestar a exequibilidade e pertinência da referida proposta.

É um tema de grande importância, que exige um debate actual e urgente onde diferentes posições podem ser discutidas com vista a complementar e definir a nossa formação como arquitectos. A ocasião revela-se tão oportuna quanto necessária. O presente ensaio pretende estimular uma reflexão livre e autónoma sobre as questões relacionadas com a paisagem e com a sustentabilidade, e reforçar a responsabilidade do nosso papel de arquitectos para com o território além cidades. Diria, por fim, que o trabalho desenvolvido tem como objectivo último entender o papel e o contributo da disciplina de Arquitectura para o *planeamento sustentável do território*.

Parte I

PLANEAMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO



1.1 | A CIDADE E O ESPAÇO URBANO

A EVOLUÇÃO URBANA

“As grandes cidades nasceram da Revolução Industrial do séc. XIX e desenvolveram-se nas grandes metrópoles do séc. XX, contudo, sem nunca ousarem reduzir a complexidade dos problemas. Pelo contrário, [d]o potencial para o planeamento da cidade inerente à ideia de ‘metrópolis’ resultou (...) o debate em seu redor” (Solà-Morales, 1999: 111). O final do séc. XIX é marcado por um novo modo de agir perante o território, mas, é no início do séc. XX que surgem as primeiras tentativas de lidar com os problemas emergentes da cidade industrial.

Segundo Leonardo Benévolo (1993) o urbanismo moderno introduz um novo modelo de cidade. A vontade de criar novos percursos e ideias que respondessem não só às necessidades mas também aos desejos do homem da era Moderna levaram à negação da cidade existente e à desvalorização da componente ambiental. Contudo, nos primórdios das teorias do urbanismo esta componente era considerada importante para o equilíbrio e qualidade de vida do homem, conforme se pode verificar pelo trabalho *Garden Cities, Tomorrow: A peaceful Path to Real Reform* (Howard, 1902). No entanto, esta mesma corrente teórica veio a perder peso nas acções de planeamento face à componente económica no quadro do desenvolvimento da sociedade.

Surgiram os planos de construção de cidades de raiz, que traziam implícita uma ideia de higiene, salubridade, velocidade, denominadas *cidade-jardim*², *cidade-satélite*, *cidade-*

² A primeira aplicação dos princípios de Ebenezer Howard, a cidade-jardim de Letchworth, é construída a partir de 1903, e a segunda, a de Welwyn, em 1919, ambas situadas nos arredores de Londres. Embora o seu sucesso tenha sido concreto, a ideia de cidade-jardim tornou-se amplamente incompreendida e era comum confundi-la com subúrbios-jardim. Este modelo de cidade inspirou e serviu de matriz a inúmeras experiências urbanas: umas reproduzidas em subúrbios-jardim, nomeadamente nos EUA; outras em novas “cidades-satélite”, na Alemanha do pós-guerra e em Inglaterra, como é o caso da cidade-satélite Wythenshawe projectada por Barry Parker para Manchester (1930). Também De Gröer acreditava no modelo policêntrico de Howard, presente no seu esquema de “cidades-satélite” que elaborou em 1932, e no *Plano de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra* de 1940, onde propôs aldeias-satélite como forma de controlar o crescimento da cidade sobre o tecido rural envolvente.

linear com densidades reduzidas e com uma maior ligação entre os “verdes urbanos” e o campo. As baixas densidades vão privilegiar a harmonia na relação entre o edificado e a natureza, mas também, a individualização dos objectos urbanos (residências, equipamentos, etc.), relacionados entre eles por uma estrutura viária hierarquizada³.

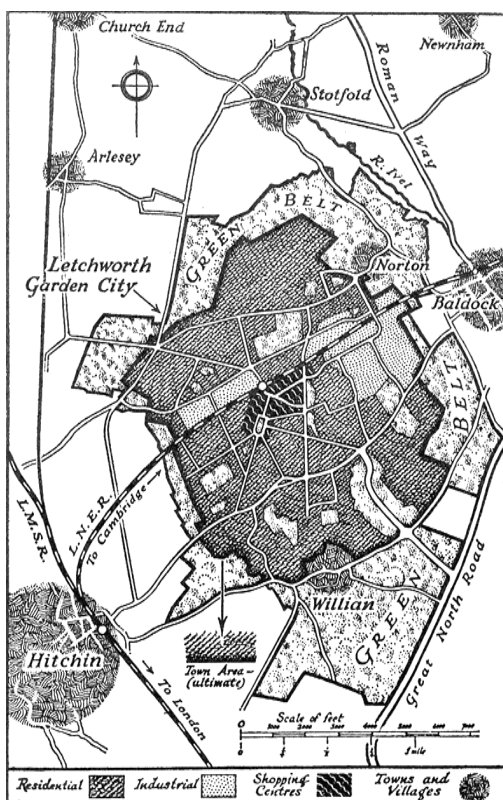


Fig. 1 | Planta da primeira Cidade-Jardim: Letchworth, 1903.

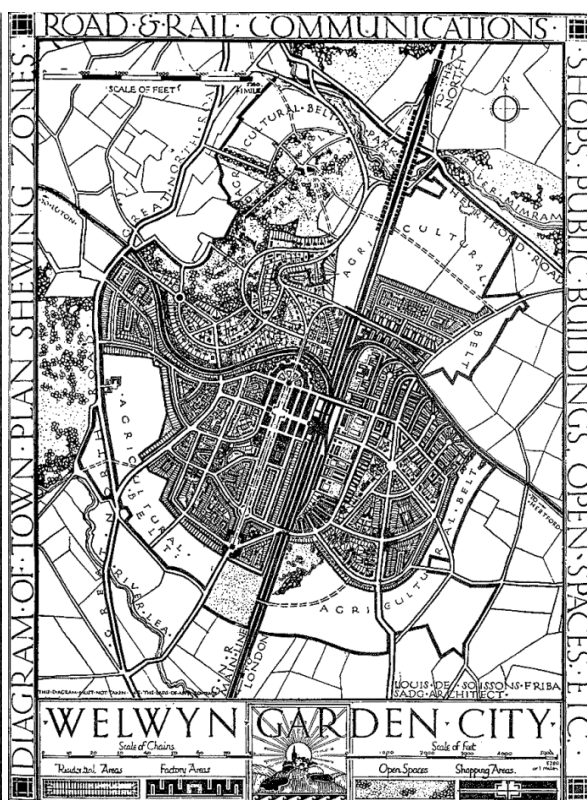


Fig. 2 | Planta da segunda Cidade-Jardim: Welwyn, 1919.

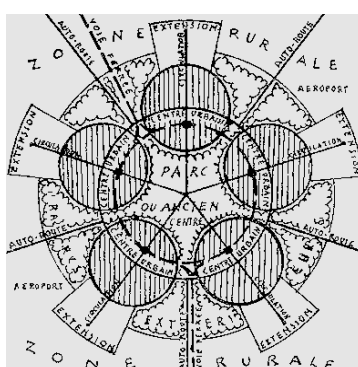


Fig. 3 | Esquema da Cidade-Satélite de De Gröer, 1932.



Fig. 4 | Planta da Região de Coimbra, 1940.

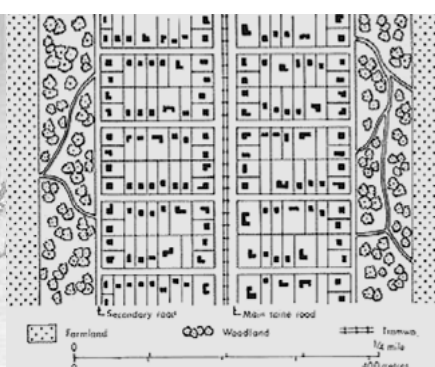


Fig. 5 | Cidade Linear de A. Soria y Mata, 1844-1920.

³ O conceito de praça pública, local de encontro, de trocas de mercadorias mas também de ideias e de debate desaparece. Em oposição, na sociedade pré-moderna todas as actividades humanas implicavam um contacto físico real. Os tempos eram contínuos, sem rupturas e as sociedades eram estáveis, “favorecidas” pelo isolamento e pela relativa imobilidade.

Kenneth Frampton (2000: 3) começa a sua História Crítica da Arquitectura Moderna anunciando a dupla causa para a chegada desta nova arquitectura: “*A primeira foi um súbito aumento da capacidade humana de exercer controle sobre a natureza. (...) A segunda foi uma mudança fundamental na natureza da consciência humana, em resposta às grandes transformações que ocorriam na sociedade e que deram origem a uma nova formação cultural*”.

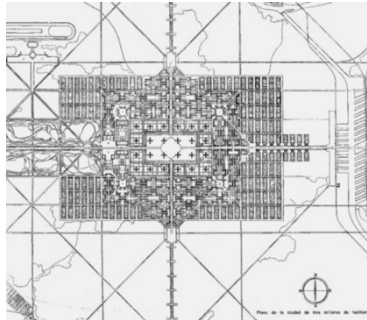


Fig. 6 | Planta geral da *Ville Contemporaine*, 1922.

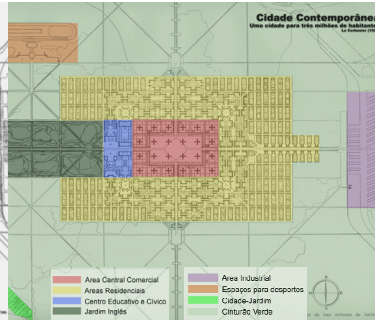


Fig. 7 | Zonamento da *Ville Contemporaine* (modificado).

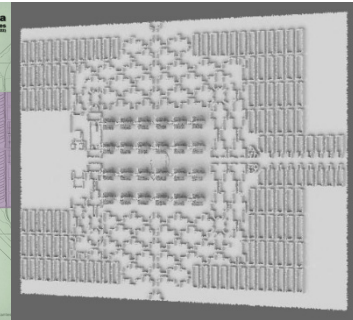


Fig. 8 | Maqueta da *Ville Radiense*, 1935.

Le Corbusier (1923: 83), defensor do “Espírito Novo”, “(...) apontava com o seu método a concepção de um urbanismo que desse origem a casas individuais e de habitação colectiva de modo a que, com o recurso às últimas, se obtivesse uma libertação do solo (...) permitindo fazer entrar muita vegetação na cidade”.

Em 1942, com a publicação dos dez princípios redigidos em 1933 no CIAM, foram definidas, na carta de Atenas, as principais funções do urbanismo que se podem resumir a: habitação, circulação, trabalho e lazer. Além das funções, o mesmo documento definiu também os objectivos do urbanismo: a ocupação do solo, a organização da circulação e a legislação⁴. Le Corbusier, impulsor destes novos conceitos urbanísticos, introduziu o modelo “Cidade Radiosa” (1935) e criou a revolucionária *Unité d’Habitation de Marseille* (1947-1953).

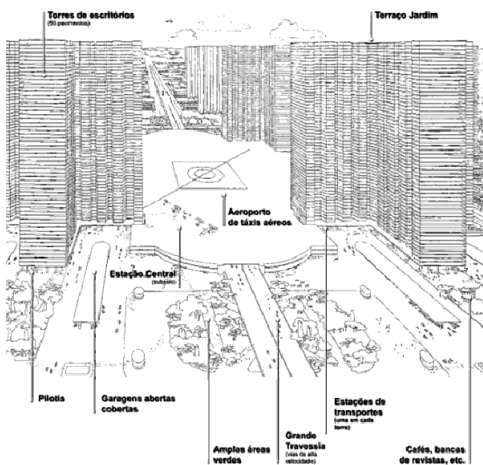


Fig. 9 | *Ville Contemporaine* (modificado). Estação Central da “Cidade Contemporânea”.

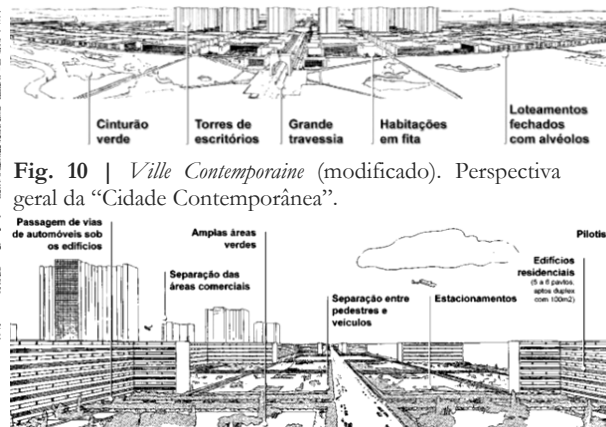


Fig. 10 | *Ville Contemporaine* (modificado). Perspectiva geral da “Cidade Contemporânea”.

Fig. 11 | *Ville Contemporaine* (modificado). Perspectiva de uma superquadra residencial.

⁴ Cf. Corbusier, 1971.

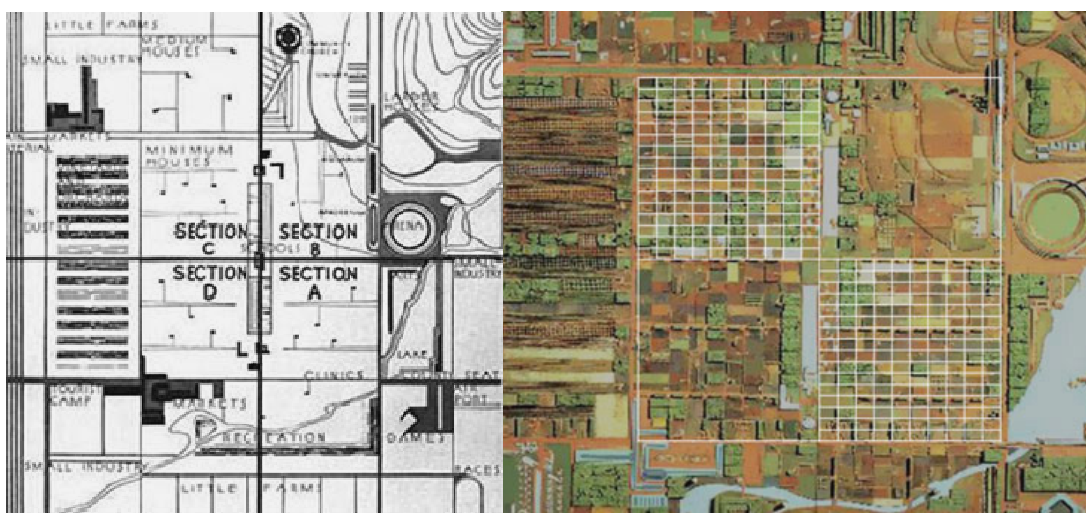


Fig. 12 | Desenho e maquete da “Broadacre City” de F.L. Wright (1934-35).

Foi um ensaio muito importante na história do urbanismo e da arquitectura apesar da sua excessiva objectividade funcionalista da qual resultou, a quase inexistência de espaços públicos para convívio social fora dos blocos de edifícios, e a não consideração da história do local e das pré-existências morfológicas da cidade inicial ao defender a assumpção da *tábua rasa*⁵.

De outro lado, um afastamento crítico, tenta recorrer a um processo dialogante com o existente, como é o caso das *Siedlungen*, loteamentos operários lançados na Alemanha do pós-guerra, e algumas propostas organicistas de Frank Lloyd Wright que apelam à sensibilidade e adequação paisagística, como a “Broadacre City” que apresentou em 1935, um tanto influenciada pelas teorias de Howard.

Assim, enquanto a cidade tradicional se desenvolveu de uma forma hierárquica, a cidade moderna estruturou-se através do zonamento das suas funções.

Sucedem-se as críticas ao Modernismo que, nos anos 80, resultaram na interiorização dos espaços colectivos naturalmente abertos, substituindo a tradicional praça, largos e ruas por novos ambientes como os shoppings, museus e hipermercados. Surge a arquitectura de consumo onde estes são os novos espaços de convívio e atracção do cidadão do séc. XX.

Em inícios do séc. XXI, damos-nos conta das implicações que esta inércia produz no espaço urbano. As grandes cidades europeias como Barcelona, Berlim, Londres, Paris, Roterdão, Amesterdão, que têm passado por grandes processos de (re)urbanização desde os anos 80, trocam o caos urbano por generosos e concorridos espaços públicos voltados para o encontro de pessoas e culturas diversas. O *multiculturalismo* passa a ser o tema destas metrópoles, que buscam uma *marca urbana* do

⁵ Indo mais longe, os arquitectos modernos defendiam um *continuum* urbano, desprezando qualquer obstáculo físico.

séc. XXI. A vontade de transformar as cidades em lugares de cultura, sejam elas um grande centro histórico como Paris e Londres, ou cidades mais pequenas como ocorreu com Bilbao, tornou-se uma espécie de indicador de desenvolvimento, inserindo novamente a Europa no panorama cultural mundial após a supremacia americana na 2ª Guerra Mundial.

Deste modo, a crítica ao Urbanismo Moderno e a (re)descoberta das qualidades da cidade tradicional, trouxeram à prática profissional uma outra atitude perante o projecto das novas áreas urbanas, procurando a sua integração e coesão com a cidade tradicional. A mesma ideia é partilhada por Solà-Morales (2003: 108) quando afirma: “*A arquitectura da cidade é, na concepção estruturalista, uma reivindicação da permanência histórica. A análise morfológica e tipológica é o substrato daqueles lugares que o arquitecto deve reconhecer antes de qualquer actuação*”.

Esta atitude surge como uma oportunidade de corrigir falhas da história recente e a degradada relação arquitectura/cidade/cidadão, proporcionando a base conceptual para uma nova postura dos arquitectos perante o Projecto Urbano⁶ que se assume definitivamente como figura de gestão das cidades e que, somado ao Espaço Público⁷, passam a constituir duas questões fundamentais nas agendas urbanísticas e políticas.

Um pouco por toda a Europa, uma espécie de acupunctura começa a *tratar* as *beranças* rejeitadas pela indústria dentro das cidades. Estas novas questões sobre o território, popularizadas nos anos 90, estimularam a discussão sobre o domínio público/privado; cidade/campo; natural/construído.

Surgem, deste modo, novas e diferentes preocupações com um “novo urbanismo”, suportado pelo despertar da ecologia urbana. Urbanismo que tende à contestação da anterior urbanística operacional e burocrática e à sua ausência de tratamento efectivo das questões sociais e ambientais, às quais é dada uma nova atenção, num modo preventivo e integrado.

Desta sucessão sobressaem os modelos de “renovação das cidades” (Grande, 2005: 41) que, apoiados nos *média*, começaram a ter impacto sobre uma série de realizações em vazios urbanos, nomeadamente, a reconquista da dimensão pública na relação entre as cidades e as frentes de água.

⁶ Dispõe sobre as condições de uso de ocupação de uma área situada em tecido urbano, tendo por objecto a integração de novas construções no tecido edificado existente, incluindo a reorganização e projecto do espaço público envolvente, constituindo um todo urbanisticamente harmonioso. O projecto urbano deverá conjugar o projecto de edifícios com o projecto de espaços públicos. Disponível em <http://www.arquitecturaacessivel.com/homepage/defconceitos.html>.

⁷ Segundo Portas (2003: 16), o espaço público “(...) ou colectivo tornou-se, em duas décadas, no centro de debate sobre as políticas urbanas ao ser tomado como um valor urbano em si mesmo, como algo capaz de suportar ou desencadear outros processos económicos ou culturais, embora nem sempre previsíveis no momento em que se desenha”.

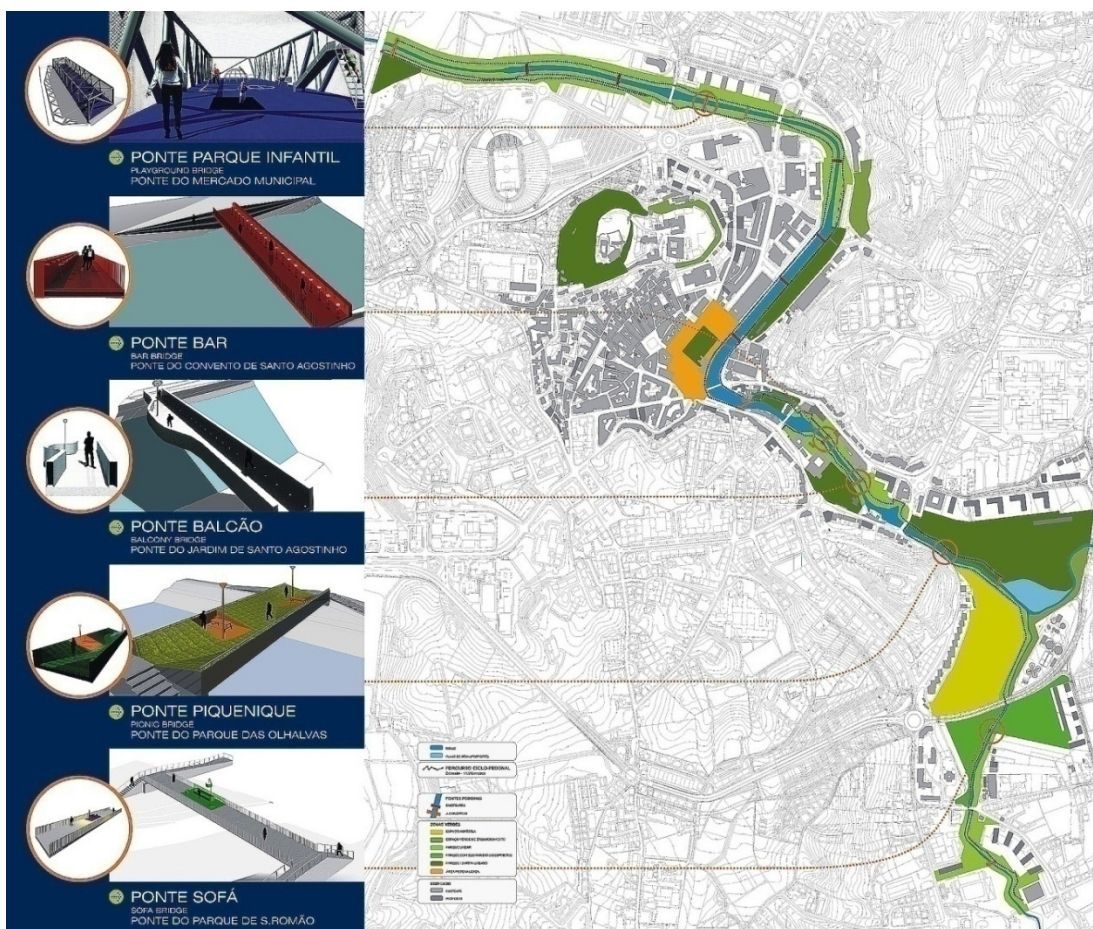


Fig. 13 | Planta geral do Programa POLIS em Leiria e visualização 3D das pontes pedonais (projecto de referência).

A título de exemplo temos a *Waterfront* de Barcelona, a *Expo 98* e mais recentemente o Programa Polis em algumas das nossas cidades, que “(...) foi pensado para criar no País um movimento de requalificação urbana e ambiental com características exemplares, pretendendo, portanto, ter uma natureza demonstrativa e inovadora” (MAOT, 2002: 11).

Paralelamente à obsessão de controlar a cidade surgiu o fascínio pela sua capacidade de regeneração. De alguma forma houve a necessidade de olhar para o passado para melhor compreender o presente e projectar o futuro⁸, ou com diz Nuno Grande (2002: 173) “*Estamos longe da cidade ideal do Renascimento, da cidade total do Iluminismo, da cidade progressista do Higienismo oitocentista ou da cidade fordista do Urbanismo Moderno e, no entanto, é na estratificação de todas elas que se define o nosso campo analítico e projectual*”.

Sintetizando, o séc. XIX é marcado pelo *controlo do desenho da cidade* e dos factores de salubridade para no final do século ser assinalado pelo *desenho da nova cidade* com ligação cidade/campo. O início do séc. XX demarca-se pelo *desenho das cidades ideais* para, após os anos 60 e as suas revoluções, os anos 70 e as suas crises, os anos 80 e os seus

⁸ Cf. Busquest, 1995.

excessos, os anos 90 surgiram como época de alguma ponderação traduzida na *recuperação ambiental de zonas degradadas*. Podemos concluir com Amado (2005) que, desde o início do sistema de planeamento houve uma preocupação ambiental no processo de transformação do uso do solo que, em fase posterior, foi desvalorizada face à componente económica e à sociedade de consumo.

E assim, perante uma sociedade cada vez mais pobre e segregada, a cidade do séc. XXI terá de continuar a apostar no *desenho de planos que incluam preocupações ambientais*, bem como *sociais e económicas*, além das muitas *outras* inerentes ao planeamento urbano. Possivelmente, como diz Peter Hall (1995: 428) no texto “Cidades do Amanhã”, “(...) talvez estejamos a voltar ao lugar de onde tínhamos começado”.

A DIMENSÃO POLÍTICO-LEGISLATIVA

Portugal, do ponto de vista institucional, esteve sempre na linha da frente da Europa, pela constituição de um quadro legal do direito do urbanismo. Com vista a sustentar e mesmo controlar a qualidade do processo de expansão urbana, surgiu em 1865 o D. L. nº10 que criava os Planos Gerais de Melhoramento (PGM) que, essencialmente, observava os aspectos relativos à salubridade e à regulamentação de disposições de ruas, vias e edificações no interior das cidades, vilas e povoações.

Contudo, traçar um “(...) *quadro da evolução histórica do Direito do Urbanismo em Portugal, equivale (...) a invocar doutrinas urbanísticas do Estado Novo*” (Gonçaves, 1989: 1), onde o Eng. Duarte Pacheco⁹, enquanto ministro das Obras Públicas (1934–1938), foi responsável pela introdução da disciplina do Urbanismo em Portugal, que ultrapassada uma fase inicial de absorção das correntes internacionais, fomentou uma profícua produção urbanística nacional, “(...) *perfeitamente comparável com a de outros países europeus*” (Lôbo, 1995: 219), criando “(...) *uma imagem urbana com que o Regime se identificasse*” (Ibidem: 35).

Tão laboriosa intenção teve a sua tradução no D.L. nº 24802 de 1934, que instituiu a obrigatoriedade de realização dos Planos Gerais de Urbanização (PGU) em todos os concelhos com mais de 2500 habitantes “(...) *e que apresentasse um crescimento demográfico superior a 10% entre dois recenseamentos consecutivos*” (Lôbo, 1995: 39).

Dada a falta de experiência, capacidade e meios dos municípios, a elaboração dos PGU coube à Administração Central, que formou uma equipa onde foram convidados a participar urbanistas estrangeiros¹⁰ com a intenção de colmatar a falta de

⁹ Diligente, pretendia uma “*urbanização estratégica (...) do território*”, através de um *método uniformizador*, uma *real política de solos* (Lôbo, 1995: 35), onde as cidades, transformadas em *Obra Pública*, fossem a expressão de domínio do Estado sobre o espaço social.

¹⁰ Cf. Amado, 2005. Uma maior influência da escola francesa na formação dos técnicos urbanistas municipais em detrimento da escola anglo-saxónica, que dominava a formação dos urbanistas liberais, resultou a morosidade na elaboração dos planos e a sua desarticulação temporal face à necessidade de implementação.

técnicos portugueses, qualificados na nova “ciência da urbanização”¹¹. Entre os participantes, estava o urbanista De Gröer, que fundamentava as suas intenções nos princípios de Howard, e com ele, a “Cidade-jardim” adaptava-se ao ideário do regime - o modelo salazarista de *país-aldeia*¹².

Mas, “*Se a grande intenção de planear os aglomerados urbanos, (...) data de 1934, a sua concretização tardou. A informação topográfica, suporte de qualquer proposta urbanística territorializada não existia e a sua produção demorou quase uma década*” (Lôbo, 1995: 35). Em 1943, já com um número significativo de aglomerados cartografados verifica-se um grande desencontro entre as intenções de Duarte Pacheco e a gestão que a Administração Central fazia de todo o processo. Uma tentativa de “*(...) renovação das regras de elaboração dos planos de urbanização limitou-se a introduzir a tal componente de policiamento da actividade privada.*” (Gonçalves, 1989: 68).

Durante os anos 50 foram implementadas medidas para reduzir o atraso económico e social em relação ao resto da Europa, com os “Planos de Fomento Nacional”. Nos anos 60 despontaram algumas acções no campo do turismo com acentuado relevo nas zonas litoral centro e sul do país¹³. No final da mesma década são lançados os “Planos Integrados” com o intuito de controlar a proliferação da construção ilegal e o caos urbanístico de algumas cidades.

Em 1974, a revolução do 25 de Abril impossibilitou a implementação de quaisquer acções coerentes ao nível do planeamento¹⁴, e assiste-se a um processo lento de descentralização administrativa em que a falta de um quadro legislativo, eficaz e célere, deu azo ao aparecimento de actuações de grande indefinição. O resultado foi um desordenamento notório em quase todos os aglomerados, da pequena aldeia, à vila e à cidade, com a invasão de terrenos afastados dos centros consolidados, a maioria das vezes sem quaisquer infra-estruturas.

No mercado dos solos entravam invariavelmente os terrenos “fáceis”: ao longo das estradas e caminhos de acesso aos aglomerados, ou, no caso das sedes de concelho de maiores dimensões, as quintas de um único proprietário nas proximidades do núcleo urbano, o que provocou pressões urbanísticas nas franjas da “cidade legal” aproveitadas por promotores menos formados para “loteamentos clandestinos”¹⁵. Paralelamente, sucederam-se as inevitáveis ampliações (tardias) de redes de infra-estruturas e desvalorização das áreas urbanas consolidadas.

¹¹ Cf. Grande, 2002.

¹² Cf. Portas, 1973.

¹³ Nos anos 70, surge a primeira lei de solos em Portugal (1970) que originou o aparecimento dos regulamentos para os Planos de áreas territoriais, PGU, Planos Parciais e Planos de Pormenor.

¹⁴ Em 1977 foi lançado o “Plano de Desenvolvimento” que, face à situação política da época, não surtiu os efeitos pretendidos. Desde esse período e até 1982 não é elaborada qualquer legislação de carácter urbanístico.

¹⁵ Estes, por sua vez, favorecidos pela apatia dos organismos fiscalizadores.

Estas situações, que na sua maioria vigoraram até 1982 viram, no aparecimento das figuras regulamentares do Plano Director Municipal (PDM), um travão à sua livre proliferação, constituindo o esforço principal da Administração Central, ao sensibilizar as autarquias para a preparação dos seus planos de ordenamento municipal, conduzindo a uma eficaz gestão do seu território¹⁶.

Contudo, alguns autores referem que o aparecimento destes diplomas em nada ajudou o processo de planeamento, pois consideram que “(...) a confirmação do conceito de plano sem planeamento é teoricamente inaceitável e praticamente desastroso” (Lôbo, 1995: 16), facto pelo qual, em 1992, existiam apenas oito PDM's ratificados no país que, apesar de poucos, aumentavam o peso da constituente técnica e profissional na tomada de decisões políticas, retirando o excessivo protagonismo individual de autarcas.

Na década de 90 entram em execução os Quadros Comunitários de Apoio da CEE, levando a que todos os municípios iniciassem a realização dos seus Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) que, para efeito de candidatura a apoios comunitários, era imposto por diploma legal.

Estes planos realizados sob enorme pressão temporal, apoiaram-se numa cartografia desactualizada, em estudos deficientes e numa quase total ausência de participação da população abrangida. Como refere Nuno Portas (1995: 22), “(...) a corrida aos Planos coincidiu com a corrida aos Fundos, quer por parte dos Municípios quer por parte de alguns Ministérios”. O resultado é a existência de planos desajustados da realidade, e cujo poder legal, vinculativo, veio originar problemas de operacionalidade. Desta exigência, ficou ainda demonstrada a carência técnica que a maioria dos municípios possuía.

O PDM, pela sua estrutura, constitui-se como o elemento principal no desenho e implementação da estratégia de acção local. Portas (1998) considera que o zonamento do PDM em locais onde é possível ou não erigir construções, levou a que todos os perímetros urbanos fossem sobredimensionados, sem quaisquer preocupações de âmbito social ou ambiental, ainda que, para o autor, “O PDM é, aparentemente, a figura que parece ter menos a ver com a «forma urbana», atribuindo-se essa limitação à escala e à incerteza máximas” (Portas, 1995: 27).

Para George (2001), diante esta conjuntura, as operações de loteamento surgem a qualquer momento e em qualquer lugar dentro de vastos perímetros urbanos, ao sabor dos desejos dos proprietários, resultando numa paisagem em desassossego. "Incapacidade" ordenadora das autarquias, cujo papel na passagem de solos rurais a urbanos se limita à definição de quem vai beneficiar das famosas mais-valias, a *benesse do urbanizável*.

¹⁶ Cf. Correia, 1995. Em 1983 surge a figura legal do Plano Regional de Ordenamento do Território que, por falta de regulamentação, não deu origem à elaboração de qualquer plano.

Trata-se de desenhar, “designar” as *redes* que ligam e unificam a nova cidade alargada, assegurando que um território concelhio não terá fórmulas idênticas nas suas partes consolidadas, inacabadas, dispersas, florestais, costeiras ou fluviais, pois como refere Portas (1995: 32) “(...) *é culturalmente desnecessário e socialmente inaceitável que se cultive a diversidade sem rede por razões de «mais-valia» arquitectónica ou financeira ou de ambas juntas*”.

Tendo presente que não é aceitável “(...) *o PDM vago na forma do território e rígido na regulamentação da construção*” (Portas, 1995: 30), importa substituir, na linguagem dos planos e dos que lidam com eles, o termo *controlo* pelo termo *orientação*.

Actualmente encontram-se em aprovação os PDM’s de segunda geração em que se espera ver incluídas as estratégias para o desenvolvimento sustentável do município e a promoção para a conjugação de esforços e acções intermunicipais, com vista a uma mais eficiente gestão de recursos e complementaridade de investimentos. Todavia, impunha-se e pressupunha-se uma rápida aprovação.

O PDM prevê ainda mecanismos de participação activa dos indivíduos (ainda que pouco eficazes) e registam a efectivação de uma dimensão ambiental ao inserirem, na década de 90, certo tipo de instrumentos normativos, como a Reserva Agrícola e Reserva Ecológica Nacionais, e as Áreas Protegidas, que irão ser abordadas no capítulo seguinte, *o Campo*.

A CIDADE DIFUSA

O movimento moderno introduziu alterações radicais no modo de pensar e conceber as cidades. Uma dessas mudanças resultou na separação de funções, a fragmentação das actividades e do próprio tempo¹⁷. Introduziu uma nova base teórica dominada pelo total alheamento do que era essencial para arquitectura e para o urbanismo. A construção tornou-se no objecto do urbanismo. Planos urbanos tornaram-se pouco mais do que ferramentas de gestão da construção¹⁸.

A sociedade industrial, a sua evolução intelectual e tecnológica junto da subida generalizada do nível de vida, veio provocar uma divisão do território. A dicotomia cidade-campo acentuou-se, com a clara tendência para o abandono do meio rural em resultado de uma agricultura em desvantagem concorrencial com a indústria, promovendo o excessivo crescimento e dilatação das cidades, circundadas por periferias degradadas e não planeadas.

A esta sociedade pós-revolução industrial sucedeu uma nova realidade – a sociedade pós-moderna, onde ao capitalismo do período industrial tem estado a suceder

¹⁷ Resultou numa ruptura clara com conceitos passados – na relação entre rua e edifícios, entre o cidadão e a cidade. Uma das mudanças mais evidentes foi a transformação da terminologia da arquitectura.

¹⁸ “*A Engenharia transformou-se numa disciplina hermética na sua obsessão pela eficácia técnica da infra-estrutura, a Urbanística numa disciplina burocrática na sua obsessão pelo controle regulamentar da cidade. Por outro lado, a Arquitectura desligou-se das anteriores, na procura maniqueísta da sua condição pós-moderna*” (Grande, 2002: 114).

o capitalismo do conhecimento. A uma sociedade com estratos sociais bem marcados sucedeu uma sociedade com inúmeros grupos sociais difusos, a sociedade *hipertexto*, na terminologia de François Ascher (1998).

A velocidade dos meios de transporte, a informática e a mediatização da informação permitem agora a criação de novas centralidades quer pela qualificação de cidades médias quer pela requalificação urbana de algumas periferias degradadas.

No entanto, a qualidade de vida nas cidades não evoluiu da forma pretendida com o crescente uso destes meios de comunicação que se destacam como agentes fomentadores da difusão urbana, porque os que melhor vencem as distâncias, físicas e virtuais, da cidade-território.

O espaço público¹⁹ deste tipo de metamorfose urbana é o principal prejudicado. De facto, torna-se quase inexistente na forma de praças ou largos. Por outro lado, muitas vezes, não se justifica a sua existência devido à baixa densidade e concentração descontínua, consequência do persistente processo de privatização da vida social. Os espaços colectivos acabam por ser as ruas, que também são os espaços comuns ao automóvel.

Deste modo, torna-se cada vez mais difícil “(...) *criar lugares, porque é ainda mais difícil criar as ligações*” (Augé, 1994: 171). É conhecido e célebre o conceito antropológico de “não-lugar” de Marc-Augé, que se refere aos espaços de circulação, de consumo e de comunicação “(...) *onde coexistimos ou coabitamos sem vivermos juntos, onde o estatuto do consumidor ou do passageiro solitário passa por uma relação contratual com a sociedade*” (Augé, 1994: 157). O automóvel ao tomar a posição de organizador da cidade faz com que os pontos de encontro dos habitantes sejam espaços específicos ora de actividade comercial, industrial ou social, sempre submetidos à estrada, como os shoppings, os hipermercados, os parques de estacionamento etc. Interstícios que caracterizam a condição actual a que Marc Augé (1994) designa *Sobremodernidade* ou Ibelings (1998), o *Super Modernismo*, e que corresponde “(...) *à aceleração da história, à retração do espaço e à individualização das referências que subvertem os processos cumulativos da modernidade*” (Augé, 1994: 157). Com efeito, tanto a cidade difusa como a cidade modernista facultam condições que rompem com a utilização e concepção tradicional do espaço público: separa programas e distancia a construção.

¹⁹ Numa caracterização genérica actual, o *espaço público* é pensado como condensador do vínculo entre a Sociedade, o Indivíduo, o Território e a Política, constituindo-se uma oportunidade para produzir cidadania. A aposta incondicional no desenho do *espaço público* pode ser uma alternativa à inércia amorfa das nossas cidades. Regidas cada vez mais por interesses particulares do que pela sua afirmação Social e Colectiva, as cidades tem no *desenho urbano* e, consequentemente, no desenho do *espaço público*, a força que necessita para afirmar ou recuperar a sua identidade, enquanto Entidade Pública e de fruição popular, dir-nos-ia o arquitecto Guido Giangregorio (2000).

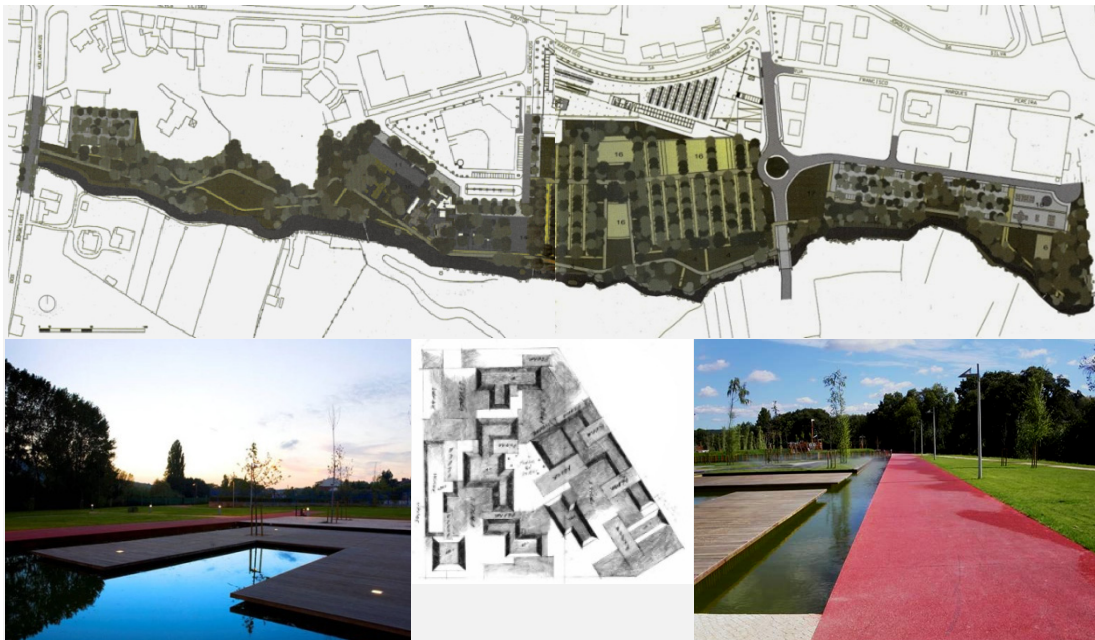


Fig. 14 | Parque Linear de Ourém, 2003.

Por estas razões existe um espaço aberto tradicional com importância crescente na cidade contemporânea: o Parque. Cada vez mais são locais onde se concentram actividades, um condensador urbano. Fala-se então de parque cultural, parque desportivo, parque residencial, parque de negócios ou parque verde²⁰. É um conceito frequentemente usado como ferramenta para recuperar zonas abandonadas, e podem ser um contributo à união da cidade difusa, ou como refere Stefano Boeri (1993: 138) “(...) *contrariamente aos espaços usados em grande massa, os equipamentos difusos e intersticiais representam o suporte do uso quotidiano da cidade*”. Também o Centro tradicional é reinventado na cidade contemporânea, e transformado em bolsas temáticas: centro histórico, centro cultural, centro comercial, centro de exposições, etc.

A cidade difusa apresenta-se, deste modo, como um modelo de evolução imprevisível com uma lógica anárquica e, por isso, frequentemente mal entendida mas que, inevitavelmente, se constitui um modelo de cidade aceite. Caracteriza-se pela baixa densidade, a dimensão horizontal e a escala territorial, resultado da dilatação do espaço que cresce sem limites e sem nenhuma ordem unificadora. As infra-estruturas, tais como saneamento básico, distribuição de água e electricidade, assim como a rede de transportes públicos, assinalam geralmente dificuldade em acompanhar toda a extensão. Com efeito, uma das maiores consequências da dispersão é a diminuição da qualidade dos serviços públicos. Ao mesmo tempo, quebram-se as diferenças entre centro e

²⁰ O sentido do parque verde, elemento de inserção da natureza no espaço da cidade e elemento gerador de novos conceitos de urbanidade propondo um cenário que é ao mesmo tempo natural e artificial, permite a permanência do sentido do vazio. Por outro lado, permite a continuidade do espaço feira, que em certas épocas são usadas para tal, sem deixar que no resto do tempo simplesmente se transforme em coisa nenhuma (Grácio, 2005).

periferia, surgindo o vazio interurbano ou, usando a mesma terminologia de Solà-Morales (1996: 38), o “terrain vague”, “(...) restos esquecidos que permanecem fora da dinâmica urbana” e que “(...) aparecem como contra-imagem da mesma”.

Por outro lado, este modelo de cidade, oferece uma qualidade de vida acrescida, na medida em que se funde a natureza com o edificado e se dispersa o tráfego e a poluição. Parafraseando Fernández-Galiano (2002), a cidade difusa tem a sua origem numa utopia residencial, na felicidade doméstica, no mito da casa americana. É a cidade do desejo. E, afinal, esta cidade que prometia a prosperidade, vem manchar progressivamente o território, asfaltá-lo e, contudo, não oferece uma vivência urbana. A cidade do desejo não coincide com a cidade ideal ou imaginária²¹.

Em *Urbanismo*, Corbusier (1992) descreve a estrada da *ville contemporaine*, como uma *passerelle* para o automóvel. Também na cidade difusa o automóvel adquire uma importância tal que, segundo Indovina (2004), sem ele este modelo de cidade não poderia existir²². “O urbanista tem utilizado as estradas para medir o território, para o dividir, para assinalar diferenças entre partes que constituem a cidade, para marcar a distância entre elementos arquitectónicos, entre objectos, actividades e os seus sujeitos, para marcar alinhamentos, regras e as suas excepções, representar poder e hierarquias, separar, estabelecer limites (...); ou para conectar, ligar territórios, populações e sociedades” (Secchi, 1989: 121).

Na cidade difusa verifica-se uma maior densidade ao longo das estradas principais, e em núcleos que desempenham papéis estratégicos na rede viária ou com importância histórica e turística. O comércio e serviços tendem a desenvolver-se também ao longo destas vias, reforçando a ideia de *estrada-mercado*, misturados com a habitação, ou *estrada-montra* que, pensada para o automóvel, explora a informação visual²³. Os grandes *contentores de consumo* elegem os nós rodoviários, como local privilegiado para a sua localização.

Impõem-se controlar a dispersão de aglomerados urbanos, infra-estruturas e a consequente degradação da paisagem. Desta forma, os promotores serão levados a investir nos *vazios urbanos*, promovendo a “cidade compacta”. O receio em relação a este modelo é que dê lugar à cidade congestionada, à cidade da especulação imobiliária, à cidade esmagadora e sufocante, à cidade violenta. Por isso, o desenho da cidade compacta deve incluir inúmeros espaços verdes, espaços públicos e um sistema de transportes eficaz. Este modelo de cidade surge assim associado a diversas vantagens. A primeira é a economia: menores distâncias, menores deslocamentos e menores redes infra-estruturais. Consequentemente, provoca uma melhor gestão do uso do solo que

²¹ Cf. Moreira, 2006.

²² No norte italiano, são detectadas por Boeri (1993) várias formas de agrupamento na cidade dispersa: linhas de comunicação, tais como a estrada, o rio ou a ferrovia, que acabam por gerar “cidades lineares”.

²³ Em Portugal, de todas as actividades mecanizadas que compõem a vida urbana, é o automóvel que tem mais implicações nos indicadores ambientais. Põem em causa a forma de crescimento insustentável das nossas cidades.

incentiva a que se ocupem as zonas das cidades que vão ficando obsoletas, em vez das zonas rurais. Por último, maiores densidades permitem simultaneamente maior eficiência energética.

A importância dos sistemas naturais na cidade tem uma relação directa com o seu equilíbrio ecológico. O urbano não apaga o natural²⁴. Complexidade e pensamento complexo são necessários para compreender a cidade contemporânea como parte desta vasta paisagem global. “*A cidade difusa é perdedora, e ineficiente, com maiores gastos de energia, de solo, de infra-estruturas de mobilidade, dissipadora de economias de escala, e de aglomeração, inestética e desreferenciadora, etc.*” (Secchi in Portas, 2003b: 80).

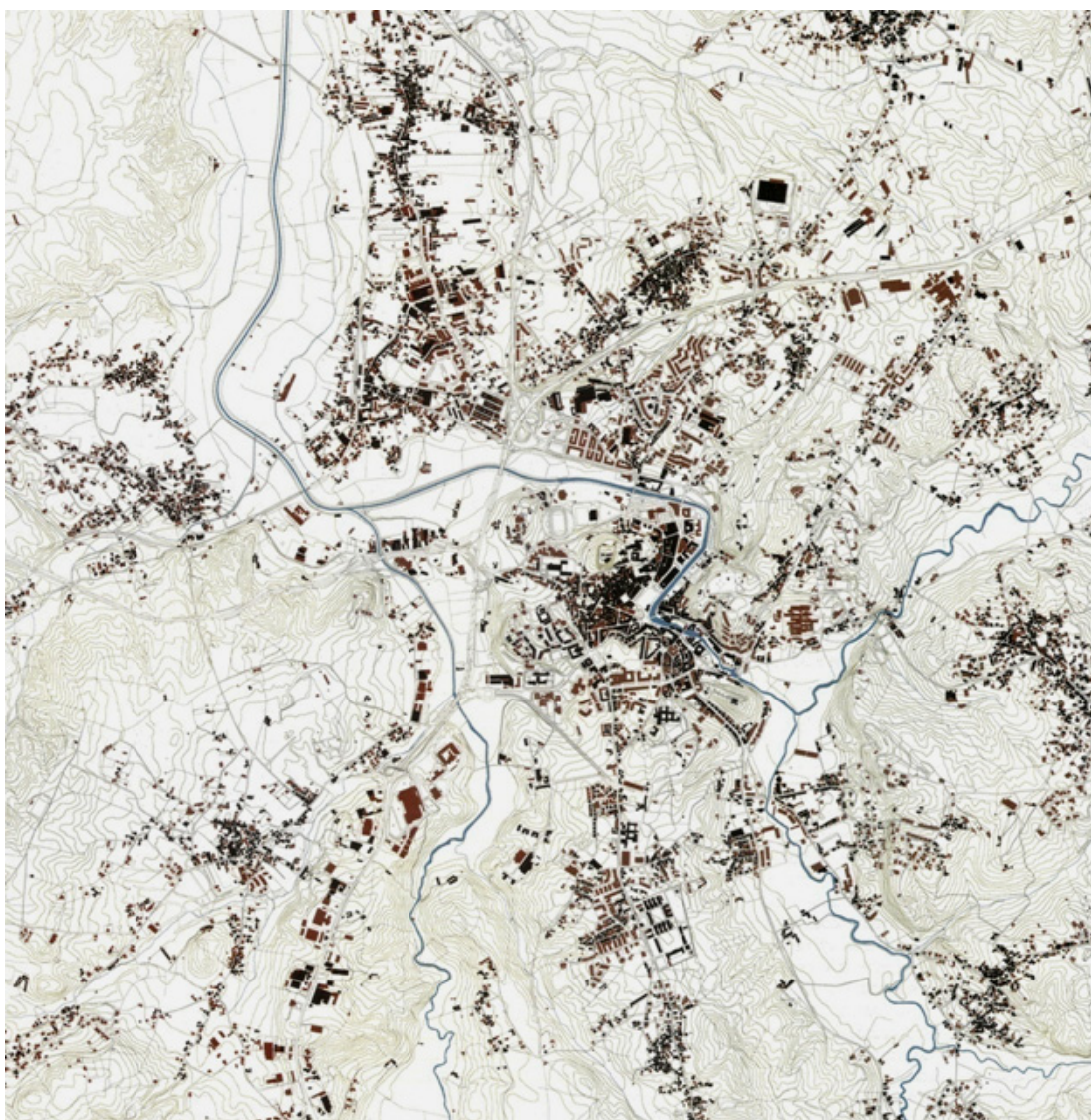


Fig. 15 | Exemplo de dispersão territorial: o caso da cidade de Leiria.

²⁴ A cidade, enquanto realidade, existe no território e não no espaço abstracto. É um território com morfologia, estruturas aquíferas, solo, vegetação, ar. A água circula no subsolo da cidade. O ar circula entre as formas da sua topografia e entre as estruturas construídas. O calor concentra-se e é reflectido pela superfície dos edifícios. A vegetação consome calor e retém água.

LIMITES URBANOS

Nos primórdios da cidade, e em oposição à cidade actual, as fronteiras eram sobretudo físicas, na forma de cercas e muralhas defensivas, que a separavam dos “arrabaldes”, embora esses dois espaços não estivessem totalmente estanques pois havia, entre eles, diálogos permanentes.

Quando as fronteiras físicas desaparecem, abre-se um momento incerto pois o limite da cidade comporta também questões de identidade. No entanto, a cidade manteve-se, até meados do século XX, como um espaço diferenciado do campo, onde os limites urbanos eram definidos pelos edifícios de presença territorial que permitiam a leitura da cidade como um elemento fechado. Mas, os limites surgiram novamente sob um novo elemento: as estruturas viárias que, mesmo sem a verticalidade da muralha são elementos que causam ruptura.

Em Portugal, as primeiras grandes alterações geográficas dos limites campo-cidade deram-se com a construção de auto-estradas ligando as principais cidades²⁵. Passaram a existir, então, os novos sistemas territoriais denominados de cidade-região, cidade-território, cidade-difusa, por meio de duas etapas distintas: crescimento compacto, em forma de anéis concêntricos, invadindo os espaços mais próximos, e urbanização de áreas mais distantes e dispersas²⁶.

Nesse sentido, Nel-lo (1998), afirma que o território converteu-se em “cidade confinada”, ou seja, possui limites do ponto de vista social e administrativo, mas ilimitado do ponto de vista físico e funcional.

Um avanço dos limites físicos urbanos significa que, além da ocupação e sobreposição dos espaços rurais por usos urbanos, ocorre também uma marcante influência sobre a identidade, o modo de vida e a organização socioeconómica rural: o caminho de cabras cortado pela auto-estrada, o prédio ao lado da vivenda com quintal, o modelo internacional junto à arquitectura popular, a horta junto ao jardim urbano²⁷.

As novas tecnologias deram lugar a um “espaço virtual”, tecido à margem do espaço físico tradicional, cada vez mais frequentado por sedentários que podem habitar em qualquer lugar sem perder a sua ligação ao “mundo”. Deste modo, torna-se patente uma dualidade conceptual; a busca pela qualidade fora das cidades, mas a necessidade de, a elas, ficar ligado²⁸.

²⁵ O espaço entre as cidades pode também ser designado por *intercidades* que, enquanto conceito, parte de uma subtracção das cidades ao território. No entanto, o território *intercidades* não é simplesmente o “campo”, mas uma justaposição de diferentes estados territoriais, com diferentes níveis de urbanidade. Eles são geralmente notados pela sua evidente indeterminação, as suas fronteiras são vagas; as suas características invisíveis e o seu futuro incerto. O *intercidades* abriga ao mesmo tempo o rural e o urbano. É por isso um espaço híbrido que convive com *terrenos vagos*, às vezes mal, e por isso afigura-se-nos desordenado (Alves, 2001).

²⁶ Cf. España, 1991.

²⁷ Cf. Varela Gomes in Alves, 2001.

²⁸ Cf. George, 1995.

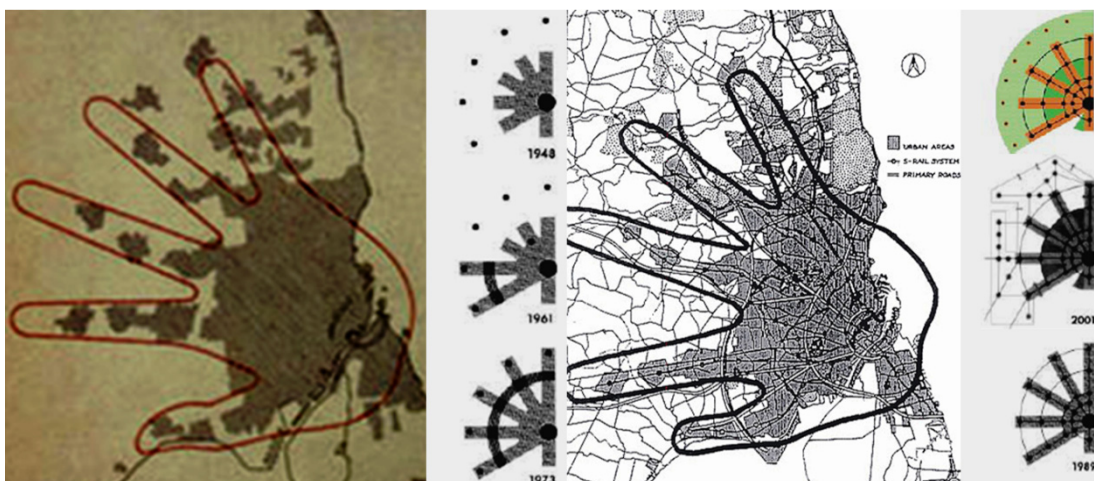


Fig. 16 | *Fingerplan* – modelo de desenvolvimento regional de Copenhaga.

Com efeito, o contexto da mobilidade e da velocidade é o de um sistema que anula distâncias, acelera a circulação e elimina a fronteira territorial. Afigura-se, porém, uma nova fronteira: o tempo. “Julgo que tudo se joga no ordenamento do tempo: desde há muito que já não estamos no ordenamento do espaço (...) É verdade que o papel da tecnologia hoje em dia é o de ordenar o tempo; na organização social mas também na organização familiar” (Virilio, 2000: 11)²⁹. Verifica-se que a cidade difusa tem, afinal, fronteiras.

A cidade de hoje, para além do casco urbano consolidado, expande-se por um território onde, anteriormente, prevalecia uma *fase contínua* natural, em que os povoados constituíam a *fase descontínua*. Actualmente, em vastas áreas de expansão urbana essa situação inverteu-se: a *fase contínua* é a construída e a *fase descontínua* é a área restante. Ribeiro Telles (2004: 4) explica que, “Há cerca de 50 anos, o que era contínuo na paisagem era o sistema natural. (...) As cidades eram pontos nessa continuidade de espaço natural, agrícola, florestal, de pastagens ou abandonado. Hoje, é exactamente o contrário, o contínuo na paisagem é o construído, e o pontual, é o que resta de agricultura, de espaço livre, que passou a ser descontínuo”.

As cidades “(...) deixaram de ser centrípetas e passaram a ser centrífugas” (Domingues, 2006: 37), deixaram de ter limites precisos e portanto não existe uma transição clara para o campo. O reconhecimento do *estar dentro* da cidade por oposição ao *estar fora* dos seus limites perdeu-se. A infra-estruturação do território e a generalização dos fluxos contribuíram para uma propagação da urbanidade pelo território em geral.

A fronteira “desloca-se”, dispersa-se e a forma da cidade ganha uma conexão global e difusa. A fronteira que aparecia como elemento urbano físico dissimulou-se na cidade fragmentada, invisível, com vários centros e/ou dispersa. “Cabe-nos hoje encontrar o modo como atribuiremos às fronteiras urbanas da nossa contemporaneidade as qualidades estruturais que permitirão à cidade confrontar-se a partir da sua presença ou mesmo para lá da sua ausência” (Grande, 2002: 43).

²⁹ Esta ideia é também partilhada por Solà-Morales (2003: 103) quando afirma “A teoria da relatividade de Einstein (1915) modificou substancialmente a moderna noção de espaço, associando-se inseparavelmente à do tempo e estabelecendo uma permanente mutabilidade do mundo físico entre os parâmetros espaço/temporais”.

1.2 | O CAMPO E O ESPAÇO RURAL

DAS ALDEIAS AO RURAL

Se a designação de “mundo rural” num sentido lato, refere os espaços de dominante uso agrícola e silvestre, estamos perante uma realidade muito heterogénea que abrange cerca de 93% do território nacional³⁰. Se atribuirmos à designação um sentido mais restrito, ficamos perante uma realidade bastante reduzida, um testemunho vivo de um modo de vida difícil.

As aldeias são assim parte da memória da maneira de viver do nosso povo, sendo por isso um espaço que interessa preservar. Mais do que *pitorescos* lugares para visitar ou elementos essenciais da nossa cultura, a ruralidade é um factor fundamental para o ordenamento do território, para a gestão do nosso espaço natural e construído.

Tal acepção significa estudar as aldeias, analisá-las e inseri-las como realidades autónomas na problemática do planeamento, e depois aplicar esse conhecimento nos PDM's e PROT's de forma coerente e eficaz.

Difícilmente se identifica uma malha rural tipo, já que a maioria das aldeias se definem pela articulação de eixos vários que correspondem aos espaços delimitados pelas propriedades. À excepção do *largo da igreja*, as *pracetas* são lugares sobrantes, raramente definidos de forma regular e dificilmente desenharam excepções assinaláveis no conjunto como acontece nas cidades.

As aldeias regulam-se por uma maior proximidade com a natureza da qual dependem. A densidade é baixa, sendo naturalmente constituída por casas unifamiliares com terreno sobrante, pátios e quintais.

³⁰ As zonas rurais (classificação OCDE) dominam 92.7% do território nacional, sendo 46.3% agrícola, 26.4% florestal e 20 % de áreas “naturais”. 69.8% das Freguesias são predominantemente rurais e 22.1% significativamente rurais, nelas habitando 21.5% e 26.5% da população, respectivamente (MADRP, 2007).

Bernard Kayser (1990: 13) define o *espaço rural* como “(...) *um modo particular de utilização do espaço e de vida social*” que apresenta como características “(...) *uma densidade relativamente fraca de habitantes e de construções, dando origem a paisagens com preponderância de cobertura vegetal; um uso económico predominantemente agro-silvo-pastoril*”.

Algumas aldeias urbanizam-se, outras despovoam-se e outras agonizam devido ao efeito-idade. Certo é que mundo rural tem vindo a desaparecer. Há quem pense que é um “mundo” que pode desaparecer sem grandes danos para a sociedade.

No entanto, multiplicam-se os sinais de entropia: 1. nas periferias urbanas, o campo é engolido pelas cidades em rápida expansão; 2. nas áreas com condições mais favoráveis é banido pela agro-indústria, que converte os campos em fábricas de processamento de alimentos; 3. nos territórios mais isolados e menos férteis, é vítima de marginalização, porque incapaz de se projectar num futuro que se prevê cada vez mais incerto.

Assim, o espaço rural tende a ser revalorizado como ambiente genuíno e de qualidade, que importa conservar em benefício das populações urbanas. Impõe que se potenciem os respectivos recursos, renovando a sua razão de existência. Contudo, sem a aposta em iniciativas e actividades complementares gerando algum emprego, tais recursos, por si só, serão sempre insuficientes para a plena dinamização económica e social destes espaços.

Como lembra Teresa Pinto Correia (2004b: 8) reflectindo sobre o presente e o futuro do território rural, “(...) *a verdadeira inovação e capacidade de resistência ao processo de globalização provêm (...) da procura consciente de um novo carácter, que integre a herança do passado com a procura de várias funções no presente e as expectativas em relação ao futuro*”.

DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS ÀS POLÍTICAS RURAIS

O agro-sistema rural é um ecossistema reduzido que se mantém à custa de muito trabalho. Contudo, revelou-se a capacidade da agricultura em melhorar o solo. A necessidade incontornável de espaço agricultável como forma de sobrevivência obrigou a sociedade rural a ter que expandir o espaço agrícola armando encostas em socacos e sujeitando-se a espaços relativamente marginais.

A paisagem foi modelada, os espaços arquitectados e a hidrografia adaptada. As paisagens rurais foram determinadas pelos sistemas de culturas agrícolas, pelos materiais de construção disponíveis no local e por uma arquitectura de desenho pragmático.

A maior parte dos solos não têm aptidão agrícola, estando a RAN, reduzida a 11,4% dos solos, ainda que só metade possam ser cultivados sem limitações. No entanto, a Superfície Agrícola Útil abrange 44% da superfície total (MAOTDR, 2007).

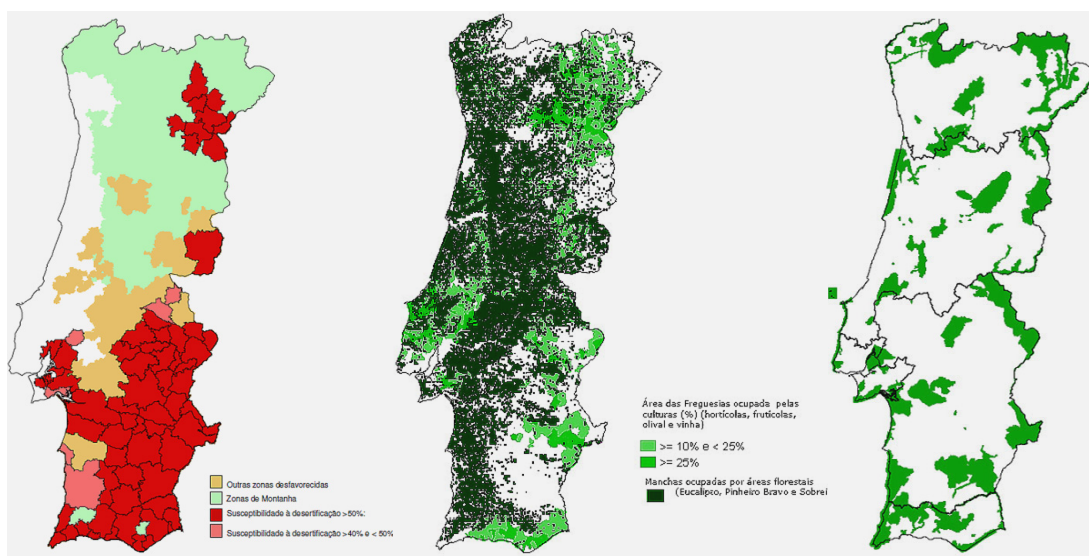


Fig. 17 | Concelhos com elevada susceptibilidade à desertificação.

Fig. 18 | Expressão territorial das culturas e espécies florestais.

Fig. 19 | Rede Natura 2000.

A regressão do espaço rural resultante, sobretudo, da regressão da actividade agrícola e, conseqüentemente, das dinâmicas económicas que lhe estão associadas, fez-se sentir mais com a entrada de Portugal na CEE, uma vez que o sector agrícola não entrou num plano de competitividade. Contudo, modernizou-se registando crescimentos de produtividade e, sobretudo, de qualidade.

As políticas de desenvolvimento rural são talvez as que carecem de maior envolvimento político, na tentativa de as adequar às novas realidades, aliás, em constante mutação. Mas deverão essas políticas ter um cariz essencialmente agrícola, ou pelo contrário devem ser mais abrangentes?

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 1994) citado por Cunha (2004: 187), “(...) *no conjunto das economias rurais, por cada pessoa empregue na agricultura existem mais duas em actividades co-relacionadas*”. Mais adiante, o mesmo autor reforça a afirmação dizendo que “(...) *quando a agricultura desaparece numa aldeia ou numa zona rural, tudo o resto desaparece com ela. Pode não ser o pilar mais forte ou o mais dinâmico, mas é sempre uma âncora segura para todos os outros sectores económicos e sociais. Sem ela não há povoamento, não há ordenamento do território, não há património nem cultura, não há equilíbrio na sociedade. Pode-se dizer que a agricultura está para o meio rural como a coluna vertebral está para o nosso corpo*” (Cunha, 2004: 188).

A modernização da agricultura tende a valorizar hoje novos paradigmas menos produtivos e mais sustentáveis: sistemas integrados e agricultura biológica, com certificação dos produtos e marketing identitário, mais fáceis de implementar em regiões que ficaram à margem da “agricultura industrial”.

Assim, pode-se “(...) *explorar, de forma racional, um mercado novo, nascido dos desejos nostálgicos de uma sociedade urbanizada, em busca de «raízes» e de «autenticidade». Tudo assenta, na verdade, sobre a revalorização de práticas e de produtos de ‘outrora’ e sobre a busca de «qualidade», possível pelo carácter polissémico deste último conceito*” (Lefort, 1997 in Cavaco, 2005: 95).

No entanto, o desenvolvimento de zonas desfavorecidas não pode ser feito somente com a manutenção da agricultura, mas sim no incremento de novas actividades (ou revitalização das antigas) que, por efeito de dominó, gerem emprego e riqueza, mantendo o uso e o dinamismo da paisagem rural.

A agricultura não é mais a grande prioridade da política de desenvolvimento das zonas rurais, sendo cada vez mais, apenas uma das actividades do mundo rural. Rural já não é sinónimo de agricultura. A concretização da Rede Natura também deverá ter em consideração esta orientação estratégica.

À tradicional função agrícola juntam-se actualmente funções de conservação da natureza e valorização ambiental, promoção de produtos artesanais, segunda residência, lazer e recreio, turismo cultural e de natureza associado a actividades pedagógicas e passeios no campo. A evolução tecnológica, a Política Agrícola Comum (PAC), o aumento dos tempos de lazer e recreio e a própria alteração dos valores das comunidades urbanas têm dado origem a uma multiplicidade de opções de utilização das zonas rurais. A ideia de que o rural constitui uma “reserva” do mundo urbano está, portanto, ultrapassada.

O aproveitamento turístico dos recursos naturais pode ser assim uma importante fonte de rendimento em todas as suas vertentes, sempre com a agricultura (e as outras actividades do sector primário) e a natureza como suporte e referência. Outro conjunto de actividades que carece de mais atenção é a actividade florestal, a diversidade do espaço, e do que dele podemos retirar.

Hoje, quando se refere a “revitalização do mundo rural” não significa que se pretenda ressuscitar aquele modo de vida, difícil, marcado pelo isolamento. Talvez o que se pretenda é ao mesmo tempo aproximar as sociedades rurais das cidadinas nos ritmos e modos de trabalho, e no próprio povoamento, concentrado em agrovilas³¹.

As paisagens genuinamente rurais e arquitectónicamente mais expressivas são também as mais parceladas, o que inviabiliza a sua sustentação face às actuais regras do mercado. A agricultura moderna não pode repetir sistemas de exploração agrícola antigos, mas o seu desenvolvimento deve integrar valorativamente paisagens rurais. Caso contrário, corre-se o risco de se construírem paisagens agrícolas pobres e incaracterísticas.

³¹ Cf. Cavaco, 2005.

A mistificação que se faz hoje do “mundo rural” como paraíso perdido também dificulta a prática e o entendimento da realidade. A questão está em adaptar o conteúdo simbólico e poético da paisagem a outras utilizações que lhes confirmem um novo sentido, numa nova forma de estar na vida.

Num contexto de exigência crescente e segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, (PNDR) 2007-2013, baseado no modelo europeu, propõe-se a consideração de cinco objectivos estratégicos. São eles *o aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal; o correcto ordenamento do espaço rural e gestão sustentável dos recursos naturais; a melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais;* e ainda, o reforço da *coesão territorial e social* juntamente com a *promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão sectorial e do território rural*.³². Posto isto, o desenvolvimento rural tem de ser sustentável, dentro da sua tripla valência: económica, ambiental e social.

A perspectiva de novas oportunidades de desenvolvimento rural tem na Multifuncionalidade da Agricultura o reconhecimento de que esta desempenha uma função *económica* (produção), uma função *social* (fixação da população e promoção do emprego), uma função *ambiental* (preservação dos recursos), uma função *patrimonial* (preservação do património cultural, edificado e natural), uma função *estética* (preservação da paisagem) e uma função *recreativa e pedagógica* (relação com o espaço urbano)³³.

Tendo presente que as políticas agrícolas não asseguram por si só a viabilidade das sociedades rurais, é necessária a sua articulação com as políticas de desenvolvimento regional, que deverá ter sempre subjacente a melhoria das condições de vida das populações residentes, para que elas mantenham vivos estes territórios em defesa do ambiente. As políticas de desenvolvimento rural, não devem ter um cariz sectorial mas sim territorial. Contudo, “*Nos campos remotos, no ‘rural profundo’, estas estratégias terão muitas vezes dificuldades para inverter as tendências de desertificação, anulando pretensões nostálgicas de revitalização de todos os lugares habitados*” (Cavaco, 2005: 95-96).

³² Este ultimo objectivo é baseado na experiencia adquirida com as Iniciativas Comunitárias LEADER.

³³ Para desempenhar/manter essas funções, ela deve ser financiada, compensando os agricultores pela possível perda de rendimentos e pelos serviços que prestam à sociedade ao manterem esses ecossistemas vivos. No entanto, deve também ser fiscalizada pelas autoridades, pois, claras são as responsabilidades do agricultor como “gestor” deste património natural/cultural.

O PAPEL DAS COMUNIDADES

A sociedade local, “(...) *domínio do pequeno, do micro em relação ao macro, o lugar da diferença e da especificidade*” (Kayser, 1990: 213), gera uma identidade colectiva e certa solidariedade, pelo menos no sentido de consciência colectiva dos problemas.

Contudo, “(...) *ao mesmo tempo que o carácter de cada paisagem se vai desvanecendo, vai aumentando o interesse e procura da paisagem rural, por outros utilizadores que não a comunidade que nela vive ou viveu*” (Correia, 2004b: 8). É também neste contexto que se fala de multifuncionalidade da paisagem rural, da qual se esperam várias funções e, por sua vez, às quais se associam vários actores e utilizadores: os proprietários e agricultores, os caçadores e pescadores, os visitantes e turistas, os habitantes, os amantes e defensores da natureza e do ambiente, os técnicos e decisores.

Neste sentido, não se pode esperar que o carácter de cada paisagem rural continue a depender exclusivamente dos agricultores que nela vivem. Importa generalizar uma cultura de cuidado e atenção para com os territórios rurais. Sem um envolvimento e debate consciente corre-se o risco da paisagem continuar a modificar-se progressivamente no sentido da simplificação, homogeneização e perda de carácter.

A noção de desenvolvimento local surge como a resposta activa aos desafios globais, e passa pela mobilização do potencial endógeno, isto é, pela mobilização integral dos recursos naturais, humanos, culturais, financeiros e institucionais de cada espaço. Segundo Pedro Dornellas da Associação Vicentina (Cavaco, 2003: 2), trata-se de criar consensos, estratégias e objectivos, constituir parcerias, contribuir para o fortalecimento das organizações sectoriais “(...) *para além do mero protagonismo de circunstância, (...) que tenham em conta as especificidades locais e que, ao invés de procurar uma ‘normalização’ perigosamente assassina das dinâmicas locais*”, procurem descentralizar, responsabilizar, acompanhar e avaliar. É um trabalho árduo, lento e polémico mas, seguramente, um caminho a seguir.

Para tal, concorre o interesse em se articularem as acções desenvolvidas pelos Grupos de Acção Local (GAL) com estratégias mais amplas ao nível regional e, mesmo, nacional. “*É pois necessário que as ADL [Associações de Desenvolvimento Local] sejam ‘encaradas’ e ‘tratadas’ como estruturas profissionais, altamente organizadas, com um profundo auto-conhecimento e uma importante interação com o meio envolvente*”, defende Alcina Costa, da Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura (ADAE), citada por Cristina Cavaco (2003: 2).

São os recursos humanos, mais do que as características do território, o “(...) *pilar essencial para a projecção da modernidade, solidez e competitividade necessárias à sustentação dos territórios rurais*” (DGDR, 1997: 54). Assim, pode-se concluir que “(...) *o recurso fundamental local permanece a população, agente activo e destinatário do próprio desenvolvimento*” (Cavaco, 1999: 138).

OBSERVAÇÕES SOBRE A RAN E REN

As Áreas Protegidas formam com a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a Reserva Ecológica Nacional (REN), criadas em 1982 e 1983 respectivamente, uma rede de conservação natural no seio da estratégia de ordenamento³⁴. Embora a componente ambiental seja dotada de instrumentos jurídica e politicamente válidos para se integrar, com algum rigor, no âmbito do ordenamento do território, as práticas sociais e institucionais em Portugal têm-se revelado bastante distantes das aspirações inscritas no conjunto das proposições normativas. A questão não está na inexistência de instrumentos de política, mas sim na incapacidade da sua gestão.

A reacção perante as limitações que os regimes da REN, RAN e Áreas Protegidas implicam sobre o exercício do direito de propriedade e de iniciativa privada, tem sido de rejeição generalizada, mercê de um forte sentimento de absolutização desses direitos “clássicos” e da escassa participação que protagonizam no processo de decisão administrativa que persiste em fazer uma leitura e uma gestão meramente urbanísticas dos planos de ordenamento. Agarrados, por uma questão de prudência e de segurança, a regras muito rígidas, a administração local tornou-se insensível aos problemas concretos que se colocam. Essa rigidez acabou por se virar contra o próprio instrumento criando uma imagem negativa generalizada do mesmo.

O D.L. n.º 196/89 de 14 de Junho³⁵ estabelece que “(...) *os solos da RAN devem ser exclusivamente afectos à agricultura sendo proibidas todas as acções que diminuam ou destruam as suas potencialidades agrícolas*”. Considera excepções obras com finalidade exclusivamente agrícola e habitações permanentes dos agricultores, quando integradas e/ou utilizadas em exploração viáveis, desde que não existam alternativas de localização em solos não incluídos na RAN.

Mas, a construção de edificação, esparsa ou mais concentrada, primeira ou segunda residência, turismo, armazenagem, etc., ocorre com relativa naturalidade muito para além da necessidade do novo agricultor residir na sua propriedade, criando conflitos entre o desejo de um território paisagisticamente puro e as pressões da própria realidade do desenvolvimento e da exploração rural. Também aqui se coloca a distinção entre o direito de propriedade e o de construir, distinção essa mal assimilada pela maioria da população portuguesa que, ao exercer descontroladamente o segundo, cria uma paisagem uniformizada, “salpicada por pontinhos brancos”, e que não reflecte uma compreensão dos diversos elementos que a compõem.

³⁴ No contexto europeu, é frequente que os legisladores prevejam normas de salvaguarda dos solos de aptidão agrícola superior, à semelhança da RAN mas, um tipo de protecção unitária dirigido a um conjunto heterogéneo de ecossistemas, como é a REN, representa uma novidade metodológica relativamente aos panoramas legais da Europa. Outra peça fundamental da política de conservação da natureza e manutenção da biodiversidade da União Europeia (UE) é a Rede Natura.

³⁵ Artigo 8º. Disponível em http://www.oasrn.org/pdf_upload/decretolei_196_89.pdf.

Os instrumentos de planeamento devem portanto prever esses conflitos e, ao invés de tentar reprimi-los, encaminhá-los para que resultem em transformações positivas da paisagem. Não tem sido o caso da legislação RAN e REN, em que a atitude se resume: “(...) *na dúvida, ao não se saber o que fazer com a paisagem rural, reserva-se!*” (George, 2001: 119).

As áreas classificadas da REN não englobam os Parques e Reservas Naturais. Mas se estes englobam os ecossistemas a proteger; qual o objectivo da REN? Impor ao abandono grandes trechos de paisagem? Como compatibilizar a proibição em destruir o coberto vegetal da REN e a necessidade de limpezas florestais? Os espaços silvestres também necessitam de conservação e manutenção.

As paisagens silvestres ou “naturais”³⁶ em geral suscitam uma ideia de paraíso nas mentalidades das populações mais condicionadas a residir em meios urbanos muito populosos e densos³⁷. Muitas vezes estes espaços são considerados “ecossistemas únicos” sendo regulamentados por restrições como se fossem verdadeiras áreas a proteger.

Existe uma grande diversidade de usos no espaço silvestre. Interessa enfatizar o uso múltiplo destes espaços e geri-los nesse sentido, valorizando-os económica e esteticamente, projectando paisagens notáveis com fins recreativos, que integrem o desenho pragmático das velhas paisagens agrícolas. Não é aceitável estimular multidões a vaguear pela floresta no seu estado bruto. A atitude não-intervencionista em espaços silvestres tem levado à manutenção de espaços degradados, ecologicamente empobrecidos³⁸.

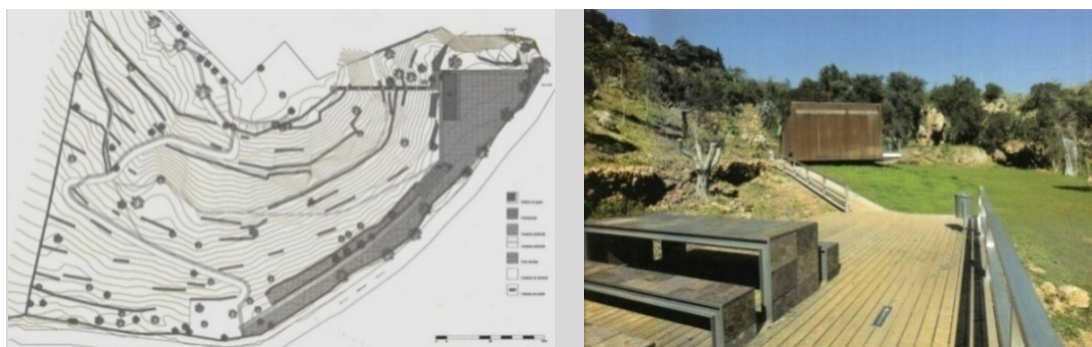


Fig. 20 | *Queda de Água do Vigário*. Intervenções em Alte, Loulé.

³⁶ Caldeira Cabral estabelece uma distinção básica entre paisagem natural – “(...) resultado da interação exclusiva dos factores físicos e bióticos, anteriores à ação do Homem”, acrescentando que se trata “(...) apenas de um conceito lógico, sem existência no mundo” - e paisagem humanizada “resultante da ação multissecular, contínua ou intermitente, do homem sobre a paisagem natural, apropriando-a e modificando-a” (Cabral, 1978 in Correia, D’Abreu e Oliveira, 2001: 199).

³⁷ O alerta cada vez mais enfático dos cientistas e profissionais de saúde despertam na população urbana uma consciência ambiental [medo/moda], e apontam o desporto e lazer em contacto com a natureza, como alternativa/recurso terapêutico.

³⁸ Em princípio, não é defensável a edificação em espaços silvestres. Contudo, a relação das populações com estes espaços necessita ser concebida com base em novos paradigmas que não passam pela segregação radical dos usos e pela intolerância, mas sim pela qualidade das soluções apresentadas.

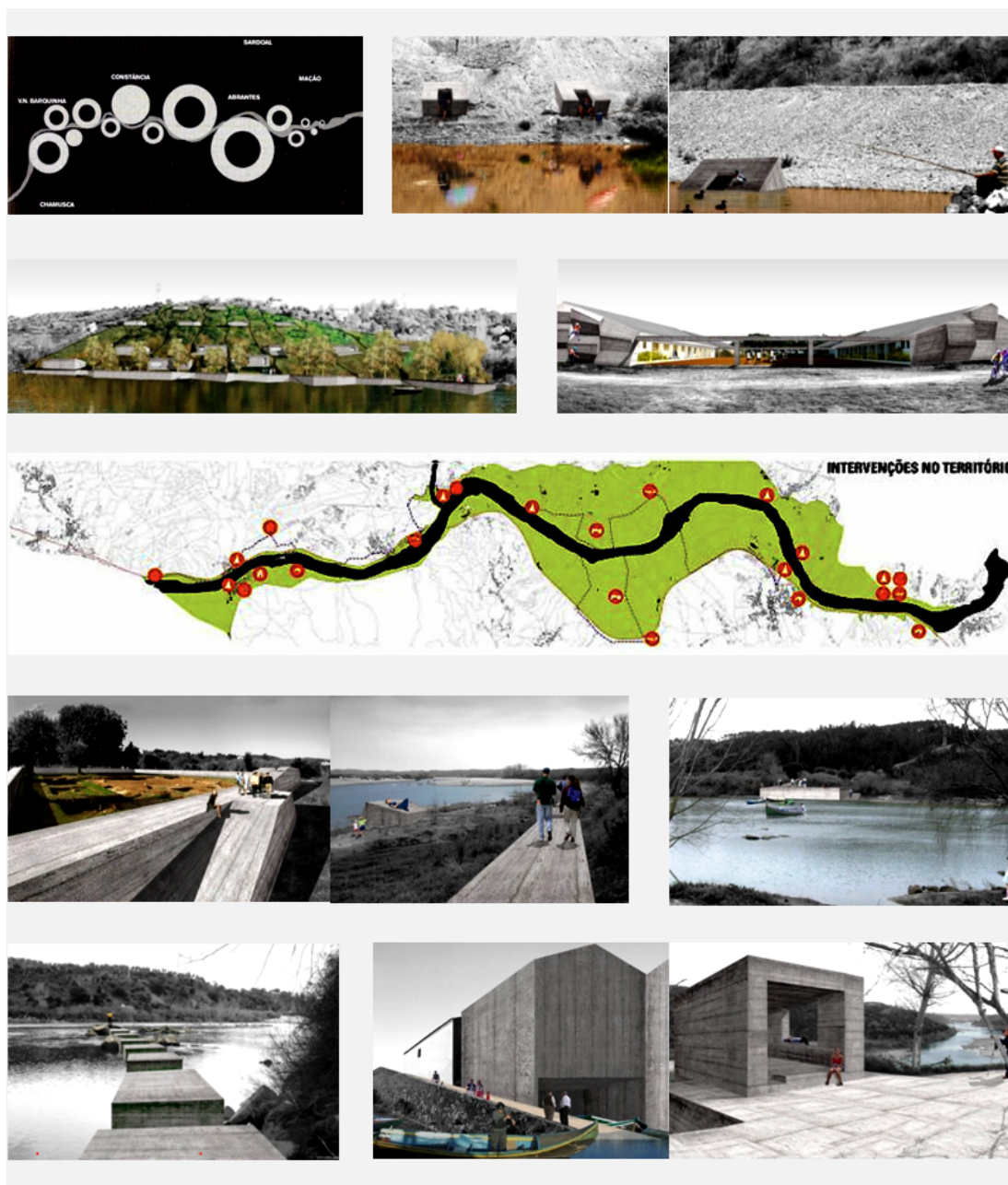


Fig. 21 | 1º Prémio do Concurso Internacional para a Dinamização do Rio nas Margens do Médio Tejo, 2007.

A título de exemplo, o *parque linear*, conceito criado nos meados do séc. XIX pela Escola Paisagista dos Estados Unidos, que veio a desenvolver-se no séc. XX com os *parkways* (“estradas-parque” destinadas ao passeio de automóvel), os *riverways* (onde se privilegia o passeio fluvial) e os *greenways* (caminhos para peões e ciclistas, ou, em alternativa, para cavaleiros), são o caso de projectos promovidos no âmbito da criação e manutenção de diversas zonas de lazer. Estes corredores podem ser muito simples, no caso dos percursos pedonais que aproveitam carreiros de “pé-posto”, ou resultar de obras sofisticadas para proporcionar níveis de segurança e de acessibilidade compatíveis com um turismo de massas, o que, no conjunto, se traduz em custos elevados.

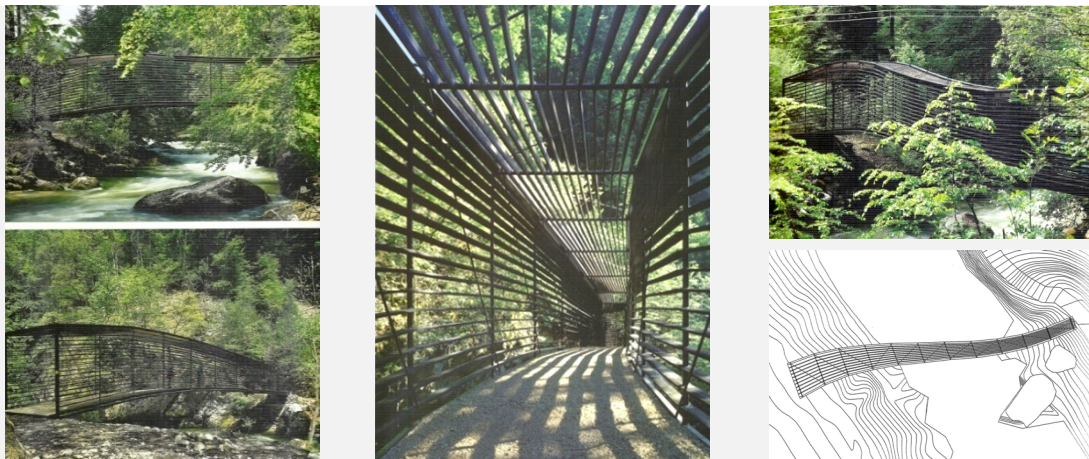


Fig. 22 | *Passerelle sur l'Areuse*. Ponte pedonal sobre o rio Areuse.

Parques de campismo, campos de golfe, parques de merendas, praias fluviais, entre outras, são actividades cada vez mais promovidas pela indústria turística que interpelam o planeamento dos espaços silvestres. Sem menosprezar o valor e a importância dos recursos naturais brutos, estes, só por si, não determinam, nem sustentam, o desenvolvimento de um empreendimento para o recreio e turismo.

Um plano adequado deve explorar uma diversidade de situações onde se conjuguem paisagens silvestres, paisagens rurais, parques florestais, e zonas urbanas. A fruição do património arquitectónico, paisagístico, arqueológico e etnológico, assim como o convívio social e o intercâmbio entre povos e culturas, são factores de fidelização de procuras.

Mas a REN, apesar das opiniões divergentes, constitui um instrumento importante no quadro de um ordenamento do território sustentável. No entanto, a sua excessiva rigidez em termos regulamentares e a sua desajustada demarcação em termos técnicos, leva a que seja vista, em alguns sectores, como um travão ao desenvolvimento.

Não se trata apenas de proteger e valorizar recursos vitais como o solo ou a água, ou de garantir o ordenamento físico do território, importa igualmente criar condições de desenvolvimento económico e social às escalas regional e local, com a participação activa dos cidadãos e das instituições públicas, associativas e privadas que os representam.

Concluimos da importância dos instrumentos RAN e a REN porque são os únicos modelos de desenvolvimento a longo prazo sustentáveis e, por isso, têm que ser aplicados de forma a fazer do cidadão um aliado e não um adversário. *“Preconizamos uma visão positiva da RAN e da REN, defendendo uma forma mais flexível e menos hostil de aplicação”* porque *“(...) atrás de algumas verdades, podem-se esconder ‘interesses’ para acabar com a REN em nome de promoções imobiliárias”* (Correia, 2004a: 5).

Urge rever a REN e a RAN em vigor e integrá-las, juntamente com a Rede Natura e o Domínio Público Hídrico, numa figura de planeamento que salvguarde a “estrutura ecológica” e, nesta, os solos que constituem o nosso “fundo de fertilidade”. Deverá também orientar a elaboração dos PROT e dos PDM da nova geração, os quais se pretendem mais estratégicos e mais atentos à diversidade de espaços e potencialidades dos territórios municipais.

O TURISMO RURAL

No quadro da história da humanidade o turismo é um fenómeno relativamente recente, nomeadamente na forma como se começa a organizar e a sistematizar, em concreto, na sua escala.

Em Portugal, o turismo tem apostado no modelo «sol + praias = Algarve». Esta equação, embora correcta, é limitada. Apesar do êxodo para as grandes cidades ser indesmentível, o nosso país ainda mantém um forte pendor rural, único para cada lugar, imprimindo a cada território elementos de diferenciação. Um ruralismo cada vez mais procurado como antídoto para a vida massificada e indiferenciada nas cidades.

Segundo Carminda Cavaco (1996: 104), *“Perante os custos ambientais e sociais do turismo de massas, convencional, gregário e quase popular, próprio de uma sociedade de consumo, organizado “industrialmente”, afirmam-se procuras diferentes, novas, responsáveis e sustentáveis, selectivas em termos económicos e em valores e comportamentos pessoais, preferencialmente no próprio país, e em regiões não muito distantes, prefigurando, talvez o turismo do futuro...”*

Neste contexto, dois “novos” tipos de turismo (re)surgiram: o retorno à natureza e o (re)despertar de todos os aspectos ligados à cultura. Ressalte-se que ambos valorizam o turismo no espaço rural, fazendo deste nicho de mercado um dos segmentos mais dinâmicos e promissores do turismo nacional.

A actividade turística, quando bem orientada, é um modo muito eficiente de preservação de atractivos naturais, de consolidação de espaços e de fixação ou atracção de populações. A verdadeira estratégia reside na oferta de serviços e produtos de qualidade, sobretudo, os que pela sua raridade possuam autênticas vantagens comparativas em momentos únicos e contextos específicos.

Uma maior dinâmica turística traduz-se num maior afluxo de pessoas estimulando os actuais proprietários na recuperação do património edificado.

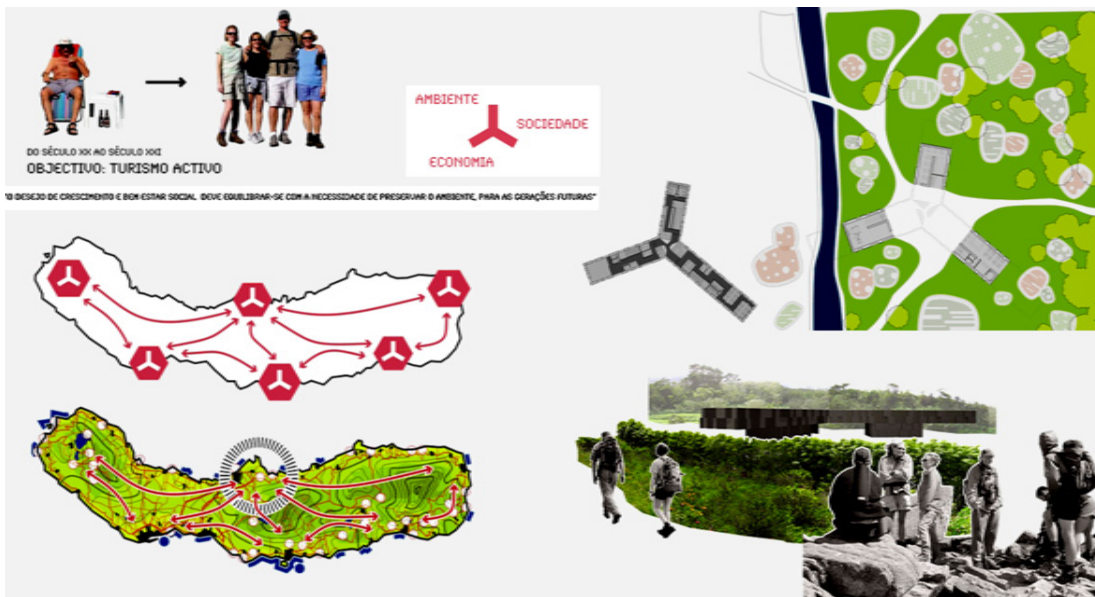


Fig. 23 | Centro de Eco-Turismo em S. Miguel, Açores, 2005.

Na verdade, o binómio turismo e ambiente despertam, mais do que nunca, o interesse dos investidores e pode gerar iniciativas de qualidade num território que muitos julgavam “terra de ninguém”. A esta luz, as questões do ordenamento dos territórios rurais adquirem uma importância vital, porque a adição de novos usos alteram radicalmente a visão tradicional da posse e do gozo da terra.

Nesta perspectiva é inteiramente justificativo o planeamento rural. O planeamento estratégico cumprirá tal missão, por ser uma forma de planeamento activa, sendo um instrumento adequado à tipicidade da actividade turística, que é claramente socioeconómica, multidisciplinar e multifuncional. Apesar do mérito que os planos directores contêm, nomeadamente a função de inventariação da realidade, carecem de agilidade e têm uma execução muito demorada. Na situação actual de forte concorrência, as populações, o ambiente e a economia não se compadecem com tais hiatos.

1.3 | O TERRITÓRIO, A PAISAGEM E

O ESPAÇO DE TRANSIÇÃO

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Ordenamento do Território (OT), conceito formalizado em meados do séc. XX, significa o conhecimento integrado sobre uma realidade territorial. É a formação de um entendimento esclarecido sobre a estrutura de uma região em todas as suas vertentes: física, social, económica, política e eco sistemática. É, essencialmente, gerir a interacção homem/espço, pois como diz Fernando Távora (1996: 27) “*O espaço é um dos maiores dons com que a Natureza dotou os homens e que, por isso, eles têm o dever, na ordem moral, de organizar com harmonia*”.

Ordenar o território, consiste no planeamento das ocupações, no aproveitamento das infra-estruturas existentes e no assegurar de uma utilização criteriosa dos recursos disponíveis que, por serem sempre escassos, são determinados, por um lado, pelo interesse público e reclamam, por outro, a responsabilidade social dos seus titulares. É fundamental, ao pensar a problemática do ordenamento e do planeamento, compreender a importância da ocupação humana no espaço, já que, o seu fundamento é a gestão dos recursos, ordenando e estabelecendo regras para as ocupações, sempre com o objectivo último de qualificar a vida das populações.

Segundo a *Carta do Ordenamento do Território* (Conselho da Europa, 1988: 8), “*O homem e o seu bem-estar, bem como a sua interacção com o ambiente, estão no centro das preocupações do ordenamento do território*”. O mesmo documento considera que são quatro os princípios de OT: 1. *democrático*; 2. *integrado*, 3. *funcional*; 4. *prospectivo* (Ibidem: 10)³⁹. O OT pode ainda ser visto como uma política pública, e resumido no conceito apontado por Merlin

³⁹ 1. Deve ser conduzido de modo a assegurar a participação das populações interessadas e dos seus representantes políticos; 2. Deve assegurar a coordenação das diferentes políticas sectoriais e a sua integração numa abordagem global; 3. Deve ter em conta a existência de especificidades regionais, fundamentadas em valores, cultura e interesses comuns que, por vezes, ultrapassam fronteiras administrativas e territoriais, assim como a organização administrativa dos diferentes países; 4. Deve analisar e tomar em consideração as tendências e o desenvolvimento a longo prazo dos fenómenos e intervenções económicas, ecológicas, sociais, culturais e ambientais.

e Choay (1996: 35), que o definem como o processo que tem em vista a disposição no espaço e no tempo dos “(...) *homens e das suas actividades, dos equipamentos, as infra-estruturas e os meios de comunicação que eles podem utilizar*”, numa visão prospectiva e dinâmica, “(...) *tendo em conta os constrangimentos naturais, humanos e económicas, ou mesmo estratégicos*”.

Perante estas definições, o ordenamento de um determinado território deve ser a base para a revitalização do espaço rural e periurbano, valorizando e potenciando os seus recursos, reforçando uma rede de centros urbanos que os apoiem e sustentem nos seus processos de desenvolvimento e reconversão, assegurando a protecção e gestão racional das comunidades, dos recursos e do património. Só assim se conseguirá gerir de forma equilibrada o nosso território, que é também o das gerações vindouras.

Em Portugal a política de OT surge nos anos 80, depois de décadas de domínio do planeamento urbanístico, e passa a ser uma política de organização do espaço às diversas escalas no final da década de 90 com a publicação da *Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo* (Lei n.º 48/98)⁴⁰. Neste contexto, o OT assenta num sistema de gestão territorial organizado essencialmente em três âmbitos: nacional, regional e municipal, onde sobressaem como figuras de gestão territorial, na ordem jurídica actual, o Plano Regional de Ordenamento do Território⁴¹, o Plano Director Municipal e os Planos Especiais⁴².

Uma das críticas mais frequentes em relação ao processo de OT é o tempo de elaboração e aprovação dos instrumentos de gestão territorial, que os torna desajustados e desactualizados quando entram em vigor. É possível referir que, devido á rigidez processual, poucos são os planos concluídos.

É necessário um sistema de planeamento mais flexível e adaptável às mudanças da sociedade, já que os planos em vigor apresentam sempre estruturas muito apoiadas nos modelos teóricos e com grande afastamento da realidade prática do exercício profissional. Por outro lado, o planeamento físico regional pode entrar facilmente em

⁴⁰ A base programática que deverá suportar as futuras intervenções no território apresenta como fins o reforço da coesão nacional, organizando o território, corrigindo as assimetrias regionais e assegurando a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas; a valorização integrada das diversidades do território nacional; de aproveitamento racional dos recursos naturais, a preservação do equilíbrio ambiental, humanização das cidades e funcionalidade dos espaços edificados; a defesa e valorização do património cultural e natural; a promoção da qualidade de vida e garantia de condições favoráveis ao desenvolvimento das actividades económicas, sociais e culturais; a salvaguarda e valorização das potencialidades do espaço rural, contendo a desertificação e incentivando a criação de oportunidades de emprego.

⁴¹ O PROT destaca-se como um instrumento de desenvolvimento estratégico de carácter supra municipal. Junto com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), funciona como charneira do sistema. Existirá um PROT para cada uma das cinco Regiões: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, que poderá ser estruturados internamente por sub-regiões. “*Face a esta nova geração de Planos Directores Municipais, que se pretendem mais estratégicos, os PROT devem fornecer um quadro de referência estratégica de longo prazo que permita aos municípios estabelecerem as suas opções de desenvolvimento e definirem regras de gestão territorial compatíveis com o modelo consagrado para a Região*” (MAOTDR, 2005: 3).

⁴² Os Planos Especiais, enquanto planos de sector elaborados pela Administração Central, possuem uma ligação estreita com a valorização dos recursos naturais disponíveis.

conflito com o municipal, que pode ser encarado, a nível local, como prejudicial para a salvaguarda dos seus valores, ou agravadoras de desigualdades entre municípios vizinhos. Assim, os diferentes planos de OT, para serem eficazes, devem ser enquadráveis a diversas escalas de análise, numa perspectiva interdisciplinar e integrada, dependendo a efectividade de todos eles da coerência dos restantes.

Neste contexto tem vindo a afirmar-se o *Planeamento Estratégico* de base territorial. Cabral e Marques (1996) defendem que este “(...) *promove uma visão para o território fundamentada num diagnóstico prospectivo e numa gestão de longo prazo (...) constrói uma ideia de planeamento como lugar de convergência da sociedade civil, do Estado e dos mercados, promovendo a participação, as iniciativas em parceria e a descentralização do processo de deliberação, decisão e implementação*”. O conceito de Planeamento Estratégico contém implicitamente a noção de permanente avaliação das mudanças para que, em cada momento, sejam formuladas as melhores estratégias de intervenção. Este planeamento visa alcançar os objectivos do ordenamento do território e do desenvolvimento sustentável.

A PAISAGEM

“A paisagem é tudo. É um diagnóstico de uma organização humana do território. A paisagem não é natural. É construída com elementos naturais. É do Homem, como uma casa. O Homem faz a paisagem com materiais vivos e com solo duro. É uma construção artificial, baseada nas leis da Natureza. Os seus elementos estão sujeitos à Lei da Vida” (Telles, 2004: 4).

Paisagem é, por definição, dinâmica, onde vários factores naturais e culturais se influenciam mutuamente e se modificam ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global. A paisagem é uma expressão sintética da interacção da actividade humana com o meio. O conceito de Paisagem, por estar directamente associado às marcas de cada momento, de cada geração, de cada cultura que se sobrepõem no mesmo lugar e às marcas da génese do próprio território, encontra-se profundamente relacionado com transformação.

Deste modo, faz sentido afirmar que Infra-estrutura também é Paisagem, e se isto é aceite quando “(...) *falamos das infra-estruturas do passado, sendo fácil admitir que para a maior parte dos europeus um aqueduto romano ou um castelo medieval fazem parte integrante da paisagem, é muito mais difícil de aceitar quando falamos de infra-estruturas contemporâneas, como sejam uma auto-estrada ou uma linha de comboio de alta velocidade.*” (Nunes, 2006: 30). Esta atitude não se deve a diferenças significativas na forma de pensar, projectar ou construir as infra-estruturas de agora e de antigamente, mas ao facto de se tratar de uma transformação a que assistimos, enquanto as do passado fazem parte do mundo tal como o encontramos. Para João Nunes (2006: 31), se a paisagem é o retrato impresso no território dessas convicções, “(...) *as estradas, as linhas eléctricas, as vias-férreas, as barragens e os portos serão paisagem tanto quanto os campos agrícolas, os castelos, as cidades e aldeias, as florestas e todos sinais da capacidade transformativa das comunidades humanas*”.

Mas independentemente do valor benéfico ou maléfico da transformação, a paisagem modifica-se, e corresponderá a uma imagem diferente. Essa imagem retratará, como um testemunho para o futuro, os valores e as convicções em que a comunidade que a construiu acredita ou acreditou.

É na transformação da paisagem a grande escala que se encontra uma das principais consequências devastadoras do desenvolvimento da cidade difusa. A metáfora que alude à *floresta*, referida por Rosário Pavia (1996) associa a metrópole contemporânea à desorientação mas, por outro lado, refere-se à sua capacidade de regeneração e de resistência, semelhante a um sistema biológico. Deste ponto de vista, a paisagem urbana torna-se um novo arquétipo, mais próxima da natureza.

Paisagem será, ainda, o complexo sistema de relações a que tais marcas correspondem enquanto manifestações perceptíveis da vida, bem como a representação que cada um de nós constrói de tudo isso. Assim, o termo paisagem refere-se a um “*espaço e um tempo*”, bem como a um “*modo de a ver*” (Boeri, 1993: 41).

Evocando Maria Chiara Zerbi (1999), o conceito de paisagem envolve pelo menos três significados: 1. o dos artistas, a paisagem como território observável e digno de ser pintado, reproduzido, num quadro; 2. o dos geógrafos - a geografia como o estudo das paisagens terrestres; 3. o dos planeadores, em que a paisagem tende a ser considerada como um bem cultural difuso, um recurso, um património herdado do passado, a transmitir às gerações futuras, e que combina valores estéticos dos artistas, valores morfológicos dos geógrafos e valores ecológicos e culturais.

O relatório “European Landscapes”, elaborado para a Agência Europeia do Ambiente (Washer e Jongman, 2000) afirma que “(...) *quer seja à escala local, regional, nacional, ou ainda internacional, as paisagens exprimem a unicidade e identidade de cada lugar (genius loci), reflectindo tanto a história natural como cultural de um território, num determinado momento*” (Correia, D'Abreu e Oliveira, 2001: 198). O carácter é dinâmico e está continuamente em mudança, mas é único para cada lugar. O papel da paisagem na identidade local e regional tinha já sido destacado por Orlando Ribeiro (1993), ao afirmar que a paisagem de hoje, correspondendo a um produto do passado, constitui um registo da memória colectiva presente.

Conciliar inovação e capacidade de fazer frente aos riscos de descaracterização e homogeneização da paisagem significa, segundo Teresa Pinto Correia (2004b: 8) a capacidade de envolver os principais interlocutores, actores e utilizadores, na procura de soluções que permitam a “(...) *redefinição da funcionalidade e padrão de cada paisagem*”.

A paisagem é hoje reconhecida como um elemento central no ordenamento do território, no desenvolvimento local e na valorização patrimonial. “*O futuro da paisagem está intimamente relacionado com o nosso futuro. A paisagem (...) não é um bilhete-postal ilustrado, não é uma fonte de receita por si própria, representa a identidade cultural do País*” (Telles, 2004: 5).

PATRIMÓNIO E IDENTIDADE

Todos nós integramos uma paisagem e, igualmente, um património. A interpretação que se tem dado ao património e o sucessivo alargamento do conceito, prende-se com uma ideia nostálgica, de ligação às origens, uma atitude de resposta face à necessidade do Homem se identificar e situar no meio descaracterizado e acultural em que vive.

Durante muito tempo o património foi visto pelos governantes como um item orçamentário de despesas, quase sempre exigidas por razões patrióticas, educacionais, memoriais, ou estéticas. Hoje é compreendido como uma oportunidade de consumo produtivo, fazendo com que muitas comunidades se transformem em entusiásticas protagonistas de sua valorização.

O património está longe de se resumir a elementos físicos, como paisagens, obras artísticas, ou sítios arqueológicos. Ele também envolve bens imateriais, como as tradições locais, saberes artesanais e culinários, ou a própria imagem do território. É o conjunto desses recursos patrimoniais que dá suporte a várias actividades económicas e que não se resumem às actividades turísticas.

A valorização do património natural e histórico-cultural é muito mais um processo de construção do que uma herança, e permite a diferenciação, factor crucial no processo de “competição” entre os territórios na luta pela atracção de investimentos. É, sem dúvida, um legado de gerações, e este sentido de transmissão e ligação entre gerações é o denominador comum para a responsabilidade de todos nós na salvaguarda do património. Esta, actualmente, tem quase sempre subjacente o conceito de intervenção, não se reduzindo à intervenção física.

O património construído é o legado mais visível e depara-se actualmente com novos desafios. Para Cláudio Torres (2007), deixou de ser a comunidade a cuidar do *monumento* para serem as autarquias e associações a ter esse papel. Deixou de fazer sentido falar de edifícios isolados mas sim em áreas envolventes. A mudança de escala do objecto patrimonial é fundamental para o entendimento de acções territoriais concertadas.

Assim, a defesa do património rural construído - Arquitectura Popular - deve ser feita de mão dada com a salvaguarda do património paisagístico, na preservação da memória colectiva, na afirmação dos territórios, no delineamento de estratégias regionais e territoriais, na fixação de populações, na produção de riqueza.

As visões recentes sobre o mundo rural revelam grande permeabilidade à ideia de património como elemento estruturador de uma nova geração de estratégias e políticas de desenvolvimento para este tipo de territórios, devendo ser encarado como um das áreas com grande potencial de investimento estratégico do nosso país.

Em Portugal, a estratégia de desenvolvimento rural é, contemporaneamente, associada ao turismo cultural, no qual o património entende-se não como sinónimo de cultura, mas como representação simbólica da cultura, pois se nem toda a cultura se pode “patrimonializar”, toda a cultura se poderá conhecer e estudar. A superação da ideia de “monumento”, enquanto elemento patrimonial singularmente histórico e artístico, pela de “bem cultural”. E falar de “patrimonialização” equivale a falar de representatividade social, uma vez que a convocação do passado integra os processos de afirmação identitária.

A própria UNESCO (2003) tem vindo a enfatizar o domínio intangível da herança cultural das comunidades, pelo seu carácter plural e construído, na medida em que “(...) esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana”⁴³.

Assim, à escala local, cada lugar, cada paisagem é única e reflecte tanto a história natural como cultural de um território, fazendo parte integrante da identidade das comunidades que nela vivem. A paisagem rural pode também manter-se única, com um carácter próprio e facilmente reconhecido. Nas últimas décadas, a tendência geral para a simplificação e homogeneização das paisagens comporta riscos de perda de identidade dos lugares.

Para Ribeiro Telles (1996: 18-19) “A cidade tem que traduzir a vontade e as necessidades das populações, respeitar a cultura, caso contrário estamos a fazer uma cidade no papel, contemplando apenas a estética, destinada a pessoas que não existem”. Segundo este autor, a base da portugalidade encontra-se no mundo rural. Deste modo, a ruralidade deve continuar presente também no espaço urbano⁴⁴, pois faz parte da memória da cidade e da cultura das pessoas que nela vivem, isto é, o *genius loci* (Norberg-Schulz, 1996) das nossas cidades. “Na cidade do futuro deve ser reintegrada a ruralidade e a agricultura, a tempo parcial e complementar” (Telles, 1996: 14-17).

Ribeiro Telles defende as chamadas “hortas urbanas”, e as múltiplas funções da agricultura nos territórios metropolitanos, nomeadamente ao nível da requalificação ambiental e paisagística, da salvaguarda da identidade e património cultural e das oportunidades de recreio e lazer. Em alguns casos, a agricultura mantém predominantemente a sua função produtiva, noutras, a reafirmação identitária pode ser a principal motivação, levando estes actores sociais a inscreverem na paisagem urbana uma iconografia própria.

⁴³ Artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial: Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540e.pdf>.

⁴⁴ Esta preocupação em manter a identidade e a cultura de cada lugar e, em particular, do território português é herdada de Francisco Caldeira Cabral, fundador da arquitectura paisagista em Portugal.



Fig. 24 e 25 | Projecto “Fischbek-Mississippi” em Hamburgo, no qual os moradores determinam e criam os seus espaços públicos.



Fig. 26 | Exemplo de “Hortas Urbanas” em Coimbra.

Nas zonas periféricas, as *hortas* são um fenómeno mais recente, associadas às expansões urbanas sobre o espaço rural que aí se situava; surgem nos terrenos expectantes não edificados, ou contíguos às habitações. Assim, a “(...) *harmonização entre modernidade e tradição implica, no plano territorial e geoestratégico, a necessidade de combinar a generalização da vivência cosmopolita com a valorização da identidade colectiva*” (MP, 1999: 10).

Marc Augé (1994) fala de *lugares antropológicos* para retratar o espaço identitário, histórico, de encontro e referência afectiva, revestido de sentido, em oposição à ideia do *não-lugar*. Para o autor, dotar o lugar de identidade passa por devolver o seu passado enquanto *lugar da memória*. Este é permanentemente preservado e revitalizado por grupos vivos, permitindo a identidade e a diferenciação do grupo, da comunidade.

“*A prevalência de culturas identitárias e de memórias poderá denotar uma consciência patrimonial que é uma reacção contra o risco de desaparecimento, mas que arrasta consigo o objectivo de promover a regeneração*” (Peixoto, 2003: 213). Ao mesmo tempo que esse objectivo económico existe, é também importante reconstruir e reafirmar a identidade de um pequeno lugar ou comunidade num contexto de mudança em ritmo acelerado⁴⁵.

Essa reconstrução de identidade realiza-se através de elementos patrimoniais que, se outrora representavam o atraso, hoje representam o progresso e o futuro, tudo isso graças a uma mudança de função, significado e valor social dos bens patrimoniais.

⁴⁵ O que está em jogo é uma nova definição de identidade do denominado “espaço rural”. O contexto é de crise da agricultura e, uma alternativa passa pelo turismo, que necessita de transformar o valor e o significado de recursos patrimoniais locais para promover uma economia da memória que garanta a reprodução social dos que ficam e dos que regressam.

APROXIMANDO A CIDADE E O CAMPO

À medida que nos aproximamos de um ambiente torna-se necessário clarificar se a realidade local é dominada pelo meio urbano ou pelo meio rural e, daí, podemos questionar o que entendemos por rural num mundo cada vez mais urbanizado. A descontinuidade espacial entre a cidade e o campo, que em boa medida se estende até às primeiras décadas do século XX, suscitou diversas leituras centradas nesse antagonismo que, afinal, traduz uma dialéctica entre duas entidades distintas mas complementares, interligadas por fluxos de pessoas, bens, capital e informação.

Dessas clivagens, as mais objectivas passam por considerar um rural (profundo ou intermédio) cujas características se opõem às dos centros com densidades populacionais relativamente altas, uso intensivo do solo com redes de infra-estruturas, equipamentos e blocos de habitação, bons acessos internos e a outros centros, e forte peso da actividade económica terciária, fornecendo bens e serviços.

Outra perspectiva sobre a separação rural-urbano assenta na assunção de diferentes valores, conforme as percepções e as representações – por exemplo, ver o rural como espaço de negação do urbano, um domínio menorizado, explorado, desqualificado. Ou de valiosa produção agro-pecuária e florestal. Ou ainda de reserva ambiental, de refúgio face aos quotidianos urbanos⁴⁶, bem representados pelo tráfego automóvel, como ambientes tidos como poluídos na continuação da imagem da cidade industrial do passado.

Segundo Carminda Cavaco e Luís Moreno (2006), as separações de base subjectivas são normalmente redutoras e largamente influenciadas por modismos ideológicos. *Campo* acaba por ser mais um conceito, uma nostalgia, do que uma coisa física. Uma imagem de memória, que é normalmente contra-adjectivada em função daquilo que nos define a cidade.

De uma maneira geral, as definições elaboradas sobre o campo e a cidade partem de duas grandes abordagens: a *dicotómica* e a de *continuum*. Na primeira, o campo é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade, permitindo a oscilação entre os dois pólos, ora idealizando o passado e valorizando o tradicional, ora baseando-se na ideia de progresso e valorizando o moderno. Na segunda, defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana. Admitem-se diferenças de intensidade e não de contraste entre estes dois espaços, em relação aos

⁴⁶ Noutros casos também, temos o rural simbolizando maior solidariedade, proximidade pessoal e entajada, enquanto o urbano se associa à indiferença, ao individualismo, uma “selva” de competitividade e formalidade. Ou, pelo contrário, ver o urbano como símbolo das expectativas de realização social e profissional, de fácil acesso a equipamentos de ensino, cultura, lazer, saúde, apoio a pessoas com dificuldades, etc., esquecendo a dimensão dos espaços de exclusão.

quais não haveria uma distinção nítida, mas uma diversidade de níveis que vão desde a metrópole até ao rural profundo, no outro extremo, numa escala de gradação⁴⁷.

Assim, o novo paradigma desenha-se com base no *continuum* rural-urbano e na crescente dificuldade em estabelecer fronteiras e critérios de diferenciação, não só porque estas são permeáveis e instáveis como também porque são os centros urbanos, de diferentes dimensões e capacidades funcionais, que estruturam e servem os espaços rurais, pela concentração de funções ao serviço das populações urbanas e das regiões por eles polarizados (áreas de influência da cidade-região).

Deste modo, é preciso considerar a relação entre espaços mais urbanizados e espaços onde os ecossistemas permanecem menos artificializados, ou seja, espaços rurais, para a definição de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento territorial. Um sistema urbano equilibrado e policêntrico, que assim contribua para a diminuição das desigualdades territoriais. Para Telles (1996: 14), *“Um novo conceito de cidade deve ser pensado. (...) devemos partir do princípio de que a cidade e o campo são fases diferentes de um mesmo sistema: uma não pode viver sem a outra”*.

Entretanto, sobre a inércia ou rigidez desta dicotomia rural/urbano, evoluíram novos conceitos que vieram perturbar a clareza e a operacionalidade dos modelos convencionais nas práticas do planeamento.

Trata-se, no final, de identificar um generalizado *efeito urbano*, perceber as dinâmicas e os processos da centrifugação desse efeito e interpretar assim o mosaico territorial resultante. Tendencialmente, haverá cada vez menos coincidência entre os lugares da habitação, do trabalho, do consumo e do lazer, qualquer que seja a escala temporal e/ou espacial. O “espaço vivido” diário envolve um raio espacial cada vez maior, num contexto de internacionalização dos sistemas que constituem a base económica desses territórios⁴⁸.

“Reconhecem-se, assim, uma série de metamorfoses do urbano e do rural” (Domingues, 1992: 185) que contribuem para a inadequação dos tradicionais conceitos, desenvolvendo outros como o de metrópole ou área metropolitana⁴⁹, suburbano, urbano difuso ou periurbano ou, ainda, rurano.

⁴⁷ Cf. Kayser, 1990.

⁴⁸ Cf. Domingues, 1992.

⁴⁹ Conceito com origem nos EUA corresponde à quinta-essência da urbanização, traduzida pelo gigantismo, pela intensidade e coesão de movimentos pendulares, pela contiguidade urbana, pela forte diferenciação interna do uso do solo ou pela circunscrição de um quadro administrativo adequado à regulação do crescimento dessa mancha. François Asher (1994) propôs o termo *metapole* para definir o modelo de urbanização resultante da metamorfose dos territórios metropolitanos. Rem Koolhaas (1994) sintetizou esta nova urbanidade no conceito de *Cidade Genérica*, onde caminhamos como “pessoas de ponte-e-túnel”.

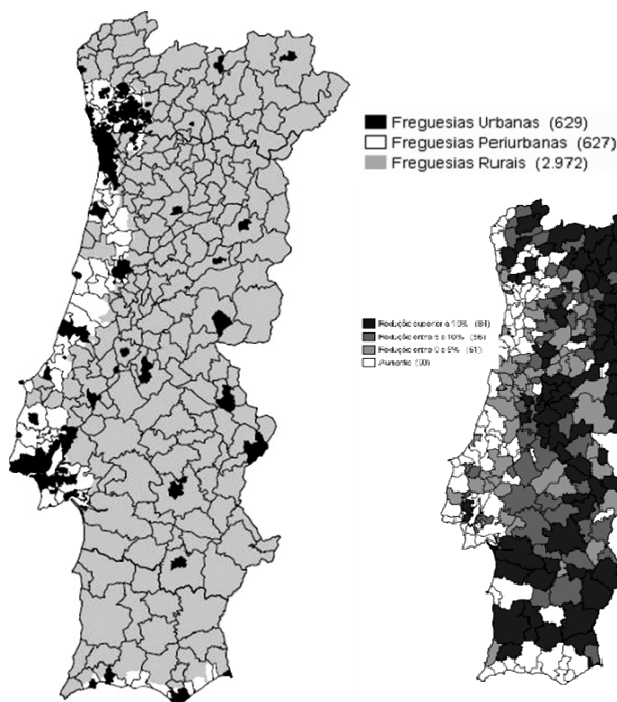


Fig. 27 | Mapa de distribuição de freguesias e sua classificação.

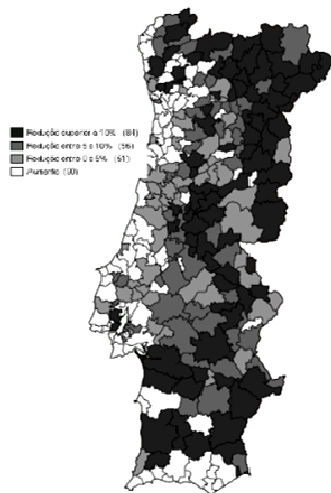


Fig. 28 | Variação da população residente 1981-1991 por concelho.

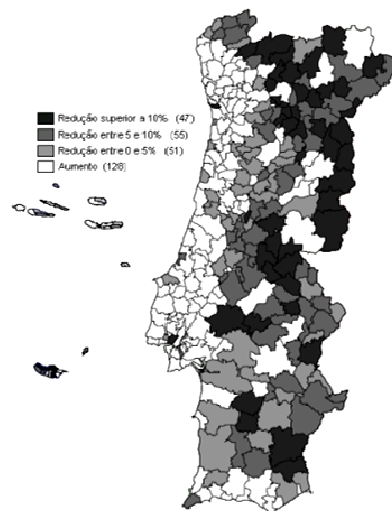


Fig. 29 | Variação da população residente 1991-2001 por concelho.

Se reflectirmos sobre a trama tão densa e diversificada de processos de mudança que atravessaram a sociedade portuguesa no curto período de uma geração⁵⁰, podemos perceber o profundo impacte na distribuição espacial da população e das actividades económicas, concentrando a sua população maioritariamente no litoral e principalmente nas duas grandes áreas metropolitanas.

Efectivamente, a crescente tendência de urbanização dos espaços rurais, a sua reestruturação produtiva e económica, e o aumento da mobilidade, traduziram-se num alargamento das “bacias” de emprego e das respectivas áreas funcionais das cidades, ao mesmo tempo que induziram o aparecimento de novas actividades e funções em áreas rurais, dando lugar ao conceito *periurbano*.

Os territórios estão mais interdependentes uns dos outros e, é neste contexto, que se foram configurando e reforçando sistemas ou eixos regionais e sub-regionais de cidades assentes na complementaridade entre a função residencial e económica assim como um novo quadro de relações urbano-rurais.

⁵⁰ Um esboço das profundas e sucessivas mudanças que a sociedade portuguesa sofreu nos últimos 30/40 anos, e dos correspondentes impactes territoriais, poderá estruturar-se em torno dos seguintes processos: significativo crescimento económico, acompanhado de industrialização e de forte aumento das transacções económicas com o exterior; intensos êxodos agrícola e rural, associados à explosão da emigração e ao grande crescimento das áreas metropolitanas; alteração dos níveis e dos modelos de consumo; envelhecimento demográfico; transição de um regime ditatorial para uma democracia representativa; descolonização; retorno e imigração; forte densificação de redes e meios de comunicação e de circulação de pessoas e bens; elevação das aspirações sociais e culturais e maior democratização da escola; extensão e mudança da intervenção administrativa e reguladora do Estado; integração europeia num quadro de mundialização económica.

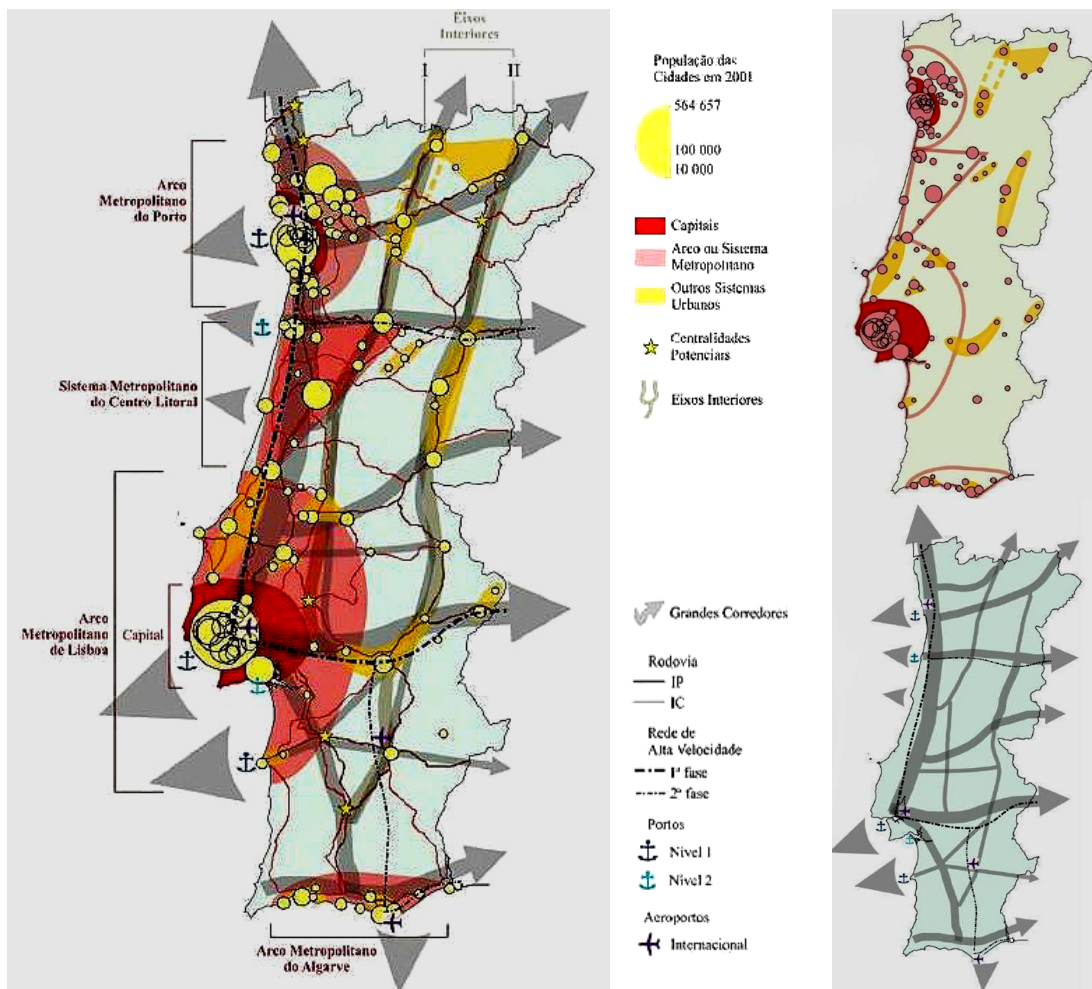


Fig. 30 | Sistema Urbano Nacional, Acessibilidade e Conectividades.

Muito embora tenham subjacentes sistemas de povoamento e modelos de urbanização distintos na sua génese, o modelo replicou-se das grandes metrópoles Lisboa e Porto para as pequenas e médias cidades, contribuindo para uma uniformização das paisagens.

A urbanização é, porventura, a maior transformação social e territorial do mundo em que vivemos. A sustentação das cidades induz uma pressão ambiental sobre o exterior que vai até à escala global e, tal como outros países, Portugal ainda tem dificuldades para se colocar nos trilhos da sustentabilidade. As cidades só são sustentáveis se integradas num território que muito ultrapassa o perímetro urbano. Uma das estratégias passa pela busca do equilíbrio no uso dos ambientes urbano e rural.

Apesar da relevância da temática, esta continua a não ter resposta dos vários Estados-membros, mantendo-se a visão dicotómica, inadequada, e que tem prejudicado a formulação e concretização das políticas para o desenvolvimento regional e local, que se pretende equilibrado e sustentável. Esta falta de relação rural-urbano, deturpa o

urbano difuso que se torna incompreensível e supostamente irracional; e o rural fica desvirtuado, sem identidade, incoerente.

Passa-se a pensar numa cidade como uma porta de entrada para as suas aldeias vizinhas. Para Nunes Correia (2004a: 5), “(...) *era interessante fomentar tudo o que fosse uma relação estreita entre as cidades e as aldeias do espaço municipal, de maneira a formar um todo orgânico*”. Um crescimento ordenado e com qualidade de vida nas cidades evitando os bairros dormitórios e periferias que são verdadeiras florestas de cimento.

As sociedades contemporâneas estão em processo de urbanização. Mas urbanizar não significa vivermos todos em cidades de 2 ou 3 milhões de habitantes. “*O que é importante hoje em Portugal é que essas populações em vez de virem todas para a Grande Lisboa e para o Grande Porto sejam “apanhadas” na malha das cidades e vilas do interior. (...) Temos que perceber que as populações abandonam as aldeias pequeníssimas e as casas isoladas*” (Ibidem).

Urbanizar pode significar viver numa pequena cidade de 5 ou 10 mil habitantes. “*É talvez o melhor destino que se pode esperar para Portugal, o reforço das pequenas e médias cidades*” (Ibidem), para constituir uma malha relativamente homogênea sobre todo o país, uma malha ancestral na própria formação do território português. Há um valor estratégico nessa rede de cidades que hoje de certo modo tem que ser redescoberto e reinventado, fazendo crescer e consolidar as cidades e tornando-as atractivas.

TERRITÓRIOS PERIURBANOS

Nas localidades situadas próximo às grandes e médias cidades, é comum que o espaço rural se transforme, também, num espaço residencial dedicado a acolher a população que abandona a cidade. Neste cenário, não se considera o campo isolado da cidade mas sim como dois entes territoriais que mantêm relações de reciprocidade e interdependência, que anunciam uma sociedade integrada e dual, onde o espaço rural tem outra utilização além da agrária como a relacionada com o recreio e habitação.

Estes cidadãos migram, na sua maioria, em busca de melhor qualidade de vida, considerando de grande importância a envolvente ambiental. Refira-se que quem faz este tipo de migração, não se vai dedicar à vida do campo. Deste modo, constitui-se uma nova categoria de habitantes, os “neo-rurais” ou os “novos rurais”.

Morar em áreas periféricas sempre foi sinónimo de viver em espaços com qualidade inferior à do centro ou mesmo do campo e, por este motivo, os novos moradores são geralmente constituídos pela classe média: indivíduos que têm condições de sustentar a deslocação diária para a cidade onde trabalham.

A maioria dos “novos rurais” cria nas aldeias para onde vão habitar o seu próprio espaço, mantendo um clima de impessoalidade, não interagindo com os que ali vivem por falta de opção. Kayser (2001: 156) fala em triunfo da urbanidade: “*A urbanidade submergiu o campo. (...) Os agricultores perderam o seu lugar de destaque, em favor de uma larga representação das classes médias*”.

As facilidades provocadas pelo transporte individual conduziram muitas pessoas a optarem por regressar à proximidade do campo. Como refere Gonçalo Byrne “*Os cidadãos motorizados, ou monitorizados, buscam outros modelos para habitar numa espécie de onda ruralizante de miragem periférica em contextos policêntricos de movimentação pendularizada*” (Grande, 2002: 14). Paradoxalmente estamos perante uma sociedade que, cada vez mais, procura exteriorizar sentimentos de urbanidade fazendo também do espaço rural uma segunda residência.

A ideia de refúgio rural ou costeiro, da casa de fim-de-semana, enquanto complemento catalisador da vida urbana, generalizou-se, constituindo-se como responsável pelo crescimento difuso das cidades. Este traduz-se em territórios periurbanos, resultando hoje num paradoxo insustentável: a busca da natureza (como paisagem) que destrói o seu próprio objecto - a natureza (enquanto ecossistema e biosfera). A maioria desta população “*(...) procura em simultâneo, o mundo rural com estilo de vida urbano, quer a beleza da Natureza sem os calos da enxada*” (Alves, 2007: 38).

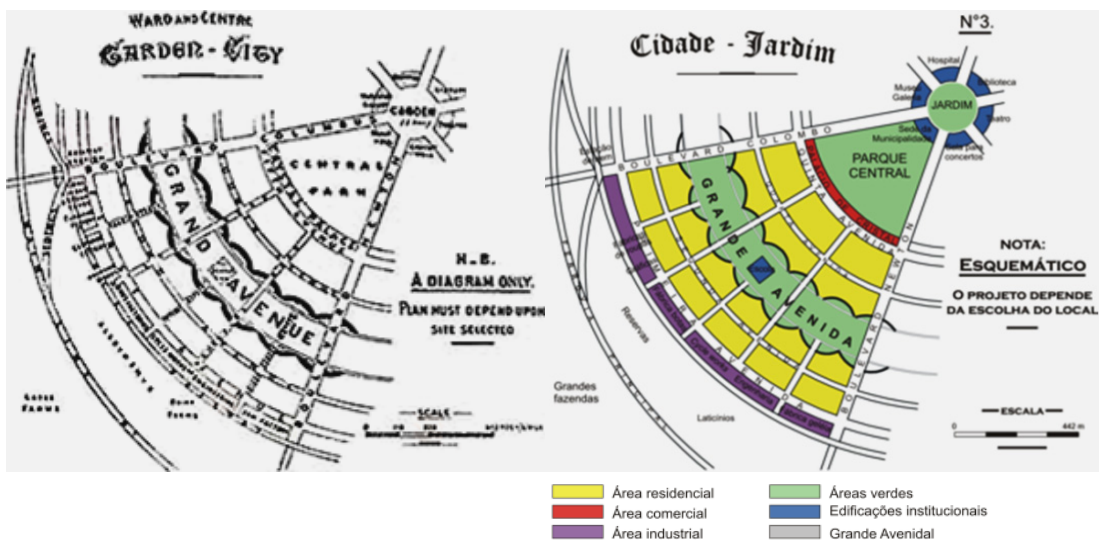
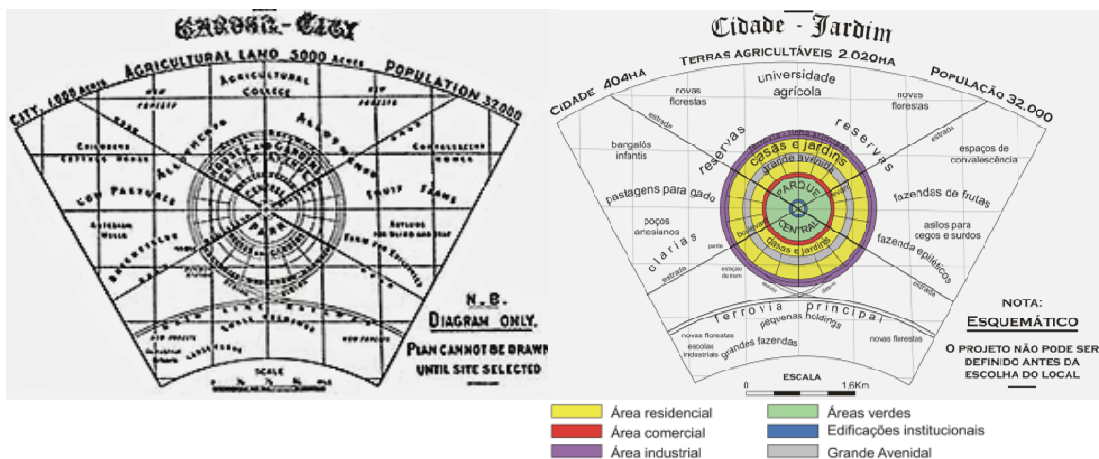
Neste contexto, somos levados a analisar a Cidade-Jardim⁵¹ de Howard (1902), para o qual não havia apenas a vida no campo e na cidade, havia também uma terceira possibilidade que era a união dos dois.

Esta abordagem torna o pensamento de Howard actual, na medida em que as suas preocupações de integração entre cidade-campo (os três ímanes) eram uma estratégia de planeamento regional para evitar o fluxo migratório em direcção às grandes cidades: “*Tal como o homem e a mulher pelas suas faculdades e pelos seus dons variados, se complementam um ao outro, assim é também com a cidade e o campo (...). Dessa feliz união nascerá uma nova esperança, uma vida nova, uma nova civilização*” (Howard, 1902: 8).

Este autor apostava no “casamento” cidade-campo como forma de assegurar uma combinação perfeita com todas as vantagens de uma vida urbana cheia de oportunidades e entretenimento, juntamente com a beleza e a quietude do campo, e que são também as aspirações das populações que migram para os territórios periurbanos. A sua intenção não era criar um subúrbio-jardim, mas uma entidade cidade-campo em combinação permanente e com dimensões controladas⁵², em que a zona agrícola agiria como um amortecedor contra o crescimento incontrollável do centro populacional.

⁵¹ O programa da *cidade-jardim* baseava-se nos seguintes princípios: a área não deve ultrapassar 2400 hectares, e a população 32 000 habitantes; as diferentes funções, habitação, comércio, indústria, agricultura, etc., são rigorosamente ordenadas e dissociadas. Howard imagina uma comunidade implantada num plano de zonas concêntricas. No centro localiza-se um grande jardim circular que contem os edifícios públicos e os locais de culto e, em torno dela, a zona comercial. Pela cintura seguinte repartem-se as habitações; as fábricas, armazéns e mercados localizam-se na periferia e estão ligados entre si tangencialmente por uma ferrovia eléctrica. Por fim, a *cidade-jardim* é circunscrita por uma cintura verde onde se agrupam os produtores rurais encarregados de alimentar esta comunidade auto-suficiente.

⁵² Para Howard, quando uma cidade atingisse a sua capacidade de suporte, novas cidades deveriam ser formadas em torno de uma cidade central de 58.000 habitantes, um núcleo cultural, formando uma constelação de cidades interligadas por meio de ferrovias e rodovias, até formar uma aglomeração com um máximo de 250 000 habitantes.



O mérito de Howard foi ter sido o primeiro a compreender que o desenvolvimento “arquitectónico” da cidade é solidário com o do campo. Contudo, uma das grandes críticas ao modelo de Cidade-Jardim sob o ponto de vista da sustentabilidade é precisamente o efeito da suburbanização que este causou, sobretudo nos EUA, em que a expansão urbana com baixas densidades ocupa vastas áreas florestais e agricultáveis.

No espaço periurbano a construção também se dá em extensão em detrimento da construção em altura. Assim, a habitação unifamiliar não pode ser considerada como solução sustentável a longo prazo, porque a terra não pode mais ser encarada como um recurso infinito.

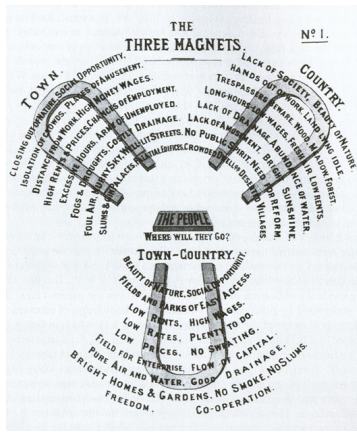


Fig. 35 | Os três ímanes: o campo, a cidade e a cidade-jardim.

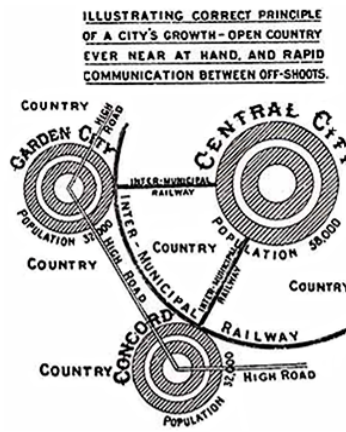


Fig. 36 | Princípio a adoptar no crescimento de cidades segundo Howard.

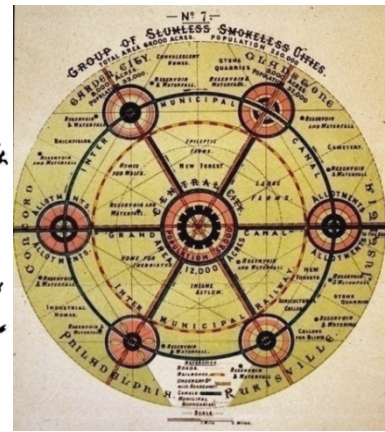


Fig. 37 | Constelação de Cidades-Jardim.

Constata-se que o processo de *periurbanização* se fundamenta nas relações campo-cidade, com a expansão urbana sobre as áreas rurais, fortalecida pelos avanços dos meios de transporte e comunicação. Segundo Steinberg (2003), difere-se da *suburbanização*⁵³, pelo fato de apresentar um crescimento urbano descontínuo.

Enquanto o *subúrbio* é mais denso, urbanizado, e ocupa os espaços agrícolas e florestais de forma contínua, o periurbano pode ser tido como um subúrbio em construção, deixando para trás intervalos espaciais ocupados pela agricultura e florestas, e espaços intersticiais abandonados pelo seu carácter marginal, ou de confronto resultante da “(...) *inserção da cidade no espaço agrícola, de cidades rodeadas por campo urbanizado ou uma grande cidade com zonas de campo incorporada*” (Indovina, 2004: 50).

Deste modo, *periurbanização* corresponde a um aumento de formas construídas no espaço rural para abrigar os cidadãos. Mas não é um espaço somente para moradias. Os espaços periurbanos são cobiçados lugares de disputa, tanto por parte dos agricultores, como dos industriais, cidadãos etc., e por isso são espaços de questões e de conflitos. Surgem, assim, novas actividades resultantes da crise da agricultura (e dos agricultores), em que as terras deixam de ser cultivadas e são abandonadas à espera de uma possibilidade de especulação imobiliária que geralmente ocorre desordenadamente, descaracterizando o território e a paisagem⁵⁴. Evidentemente, a mistura de usos do solo não é exclusiva do espaço periurbano, todavia, é nele que se dá com maior intensidade.

⁵³ O fenómeno de dispersão urbana possui variadas denominações. A mais comum, conforme já mencionamos, é urbanização difusa ou contra-urbanização (Estados Unidos e em parte da Europa), mas também pode ser chamada de *suburbanização* (Inglaterra e Itália), e *periurbanização* (França e Espanha). Considerando que contra-urbanização e urbanização difusa têm, em geral, o mesmo significado; a *periurbanização* é consequência da *suburbanização*. Na realidade, *suburbanização* e *periurbanização* são todos processos consequentes da urbanização difusa.

⁵⁴ Tudo o que não tem espaço para se desenvolver na cidade, é inserido no espaço periurbano, bem como funções que necessitam de algum distanciamento da cidade, espaços maiores e preços menores de solo. A despeito da valorização das actividades comerciais e industriais e mais recentemente as turísticas, é preciso ressaltar que os terrenos agrícolas ainda são a actividade que ocupa a maior parte do território periurbano.

Assim, periurbanas são as áreas nas quais ocorre o crescimento periférico da cidade difusa, formando uma zona de transição entre a cidade e o campo. É um espaço dinâmico marcado pela proximidade de um núcleo urbano, o que o torna num espaço multifuncional⁵⁵. Apesar da sua aparência rural, o periurbano está fortemente ligado ao urbano, dando origem à cintura de movimentos pendulares, critério muitas vezes usado para definir as “fronteiras” do espaço periurbano. O termo periurbano, rurbaro, ou simplesmente, o espaço rural situado no entorno urbano sobre o qual se expandem as cidades, padece assim de confusões terminológicas⁵⁶.

Entretanto, Bryant e Russwurm (1982), citados por Molinero (1990), defendem que a cidade é composta por três anéis concêntricos: o primeiro, *urbano*, corresponde à cidade consolidada; o segundo, *periurbano*, é simultaneamente um espaço urbano e rural; por fim, um terceiro anel remete-nos para o *rural* remoto ou profundo, cada vez mais próximo de limiares críticos de abandono e despovoamento, mas, também, de incursões turísticas e residenciais, de apostas conservacionistas e até de alguns investimentos produtivos prometedores.

Dentro do segundo anel, os mesmos autores distinguiram três *coroas* periurbanas diferenciadas pelo grau de evolução e intensidade dos processos: 1. a franja rural-urbana ou periurbana, que se subdivide em franja interna (total conversão do solo rural em urbano) e franja externa (predomínio do uso rural do solo com alguns elementos urbanos); 2. a sombra urbana que se caracteriza pela presença de trabalhadores que vivem no campo, mas trabalham na cidade, e pelas moradias rurais; 3. a área rural, cuja influência urbana ocorre pela presença das residências secundárias, já que a agricultura continua em pleno funcionamento. O caso de estudo apresentado na parte II desta dissertação, e que se refere à freguesia periurbana Cortes (Leiria) situa-se, segundo o esquema abaixo representado, entre a franja externa e a sombra urbana.

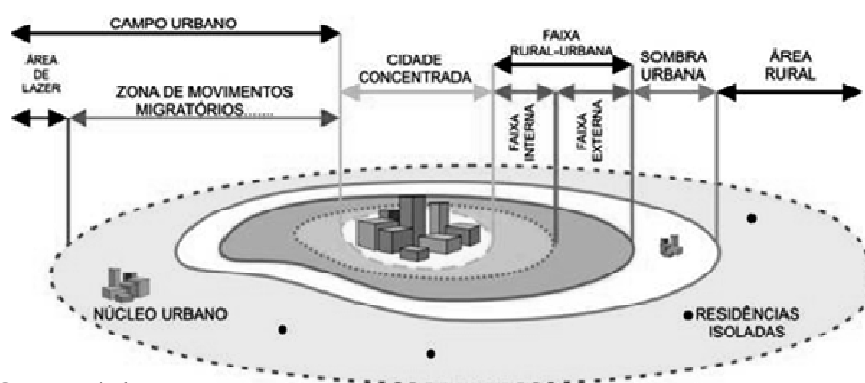


Fig. 38 | Coroas periurbanas.

⁵⁵ Cf. España, 1991.

⁵⁶ Espaço periurbano é o termo mais utilizado, principalmente pelos franceses, e que tem predominado e disseminado nos últimos anos, sobretudo, após a década de 90. Segundo España, a designação de espaço *periurbano* surgiu com a evolução da terminologia *franja urbana* do geógrafo Smith que correspondia à área construída fora dos limites administrativos da cidade (Smith, 1937 in España, 1991).

Fruto da expansão urbana difusa as cidades sobrepõem-se ao espaço rural, sem considerar que o mesmo é dotado de uma identidade própria e específica, um modo de vida e organização socioeconómica. Geralmente, estes espaços “engolidos” estão próximos do perímetro urbano e, em consequência, sofrem grandes transformações e vivem uma contínua crise, resultado da dinâmica urbana e das motivações ora contemporâneas ora tradicionais.

Neste contexto, cada indivíduo demonstra percepções e atitudes variadas e consequentemente diferentes respostas às mudanças da paisagem. Talvez para a especulação imobiliária, o avanço dos equipamentos urbanos sobre o meio rural seja proveitoso. Porém, para aqueles que discutem a potencialidade do turismo rural, essa perda de identidade constitui um problema, o mesmo acontecendo àqueles que, residindo no meio urbano, procuram recreação no espaço rural.

Num mundo em que se fortalece a hegemonia das metrópoles, em que as áreas urbanas concentram a maior parte da população, bem como das actividades económicas e culturais, qual é o lugar destinado aos territórios periurbanos? Espaços situados à margem dos processos de urbanização, parecem encontrar-se em situação de territórios periféricos. Posicionam-se não apenas à margem das dinâmicas urbanas mas, também, na sua dependência, sobretudo, no que tange a transportes e recursos.

No contexto periurbano, assistimos à influência dos símbolos e imagens urbanas, enquanto poder simbólico dominante, pela sua reprodução ou recriação. A cidade é um forte referente identitário para os indivíduos periurbanos. Contudo, uma certa hibridação acaba por caracterizar os espaços periurbanos que protagonizam, em simultâneo, sentimentos de pertença rurais e referências urbanas emergentes. Esses territórios complexos e indeterminados requerem iniciativas económicas de forma a solidificar a sua posição no território.

O processo de “periurbanização” conduz à diluição das responsabilidades do espaço rural, pelo que cada indivíduo age em função do seu próprio interesse. Por outro lado, estes novos moradores procuram no periurbano produtos e serviços rurais, como os produtos ancestrais de qualidade, espaços de lazer e recreio e actividades turísticas que associem as tradições locais à história da região. É aqui que reside o grande desafio dos territórios rurais contíguos às zonas urbanas: encontrar dinâmicas e oportunidades de negócio que aumentem a interacção e a consolidação entre o rural e o urbano.

Estes territórios constituem, por um lado, uma reserva de espaço próprio ao estabelecimento de actividades de lazer. Por outro lado, ligam-se à imagem rural (ainda bastante característica dos espaços periurbanos) de uma certa qualidade de vida ou autenticidade, de consumo de produtos tradicionais, entre outros valores que se impõem

cada vez mais como essenciais para a população urbana, em busca de laços e de pontos de ligação à sua existência⁵⁷.

A impossibilidade de estabelecer uma economia concorrencial frente à economia produtivista dominante obriga os empreendedores à invenção de práticas inovadoras com vista à criação de actividades viáveis, duráveis e que complementem a actividade agrícola⁵⁸. Tais práticas visam atenuar o problema da localização dos territórios periurbanos, pela valorização dessa própria falha: nem cidade, nem campo.

Sintetizando, os espaços periurbanos, como define España (1991: 8), são “(...) *espaços plurifuncionais onde coexistem características e usos do solo tanto urbanos como rurais, submetidos a profundas transformações económicas, sociais e físicas e com uma dinâmica estreitamente vinculada à proximidade de um núcleo urbano*”. Alguns estudos a que fiz referência mostram que na disputa entre os diversos usos de solo no espaço periurbano, a agricultura que, em princípio poderia e deveria contribuir para o abastecimento urbano, é cada vez mais substituída por outras actividades ou até pela inactividade. Neste sentido, é possível que o espaço periurbano venha a transformar-se em “reservas de valor” para futuras expansões urbanas (difusas), ainda que de forma vagarosa, não planeada e, um tanto ao quanto, imperceptível.

No entanto, o futuro dos territórios rurais nas zonas periurbanas apresenta um conjunto de possibilidades extremamente promissoras. O desafio de ordenamento e planeamento entre o rural e o urbano, o aproveitamento de oportunidades de negócio que conjuguem o interesse das populações urbanas e rurais, a presença sazonal de turistas, são caminhos que podem levar ao seu sucesso.

Pode-se dizer que, por intermédio dos processos de inovação, potenciando os recursos rurais, os territórios periurbanos estão aptos a transformar a sua situação de território periférico em múltiplas vantagens para o processo de desenvolvimento local, participando ampla e especificamente da dinâmica dos territórios metropolitanos circunvizinhos.

⁵⁷ Como resposta, os actores locais poderiam especializar-se em actividades de lazer, de ecoturismo, e de produção e distribuição de produtos locais de qualidade com a passagem a sistemas de venda directa ao consumidor.

⁵⁸ Assim, face a estas ameaças e oportunidades surge a necessidade de implementar uma política de desenvolvimento (rural ou urbana), que ofereça aos actores das zonas periurbanas a possibilidade de se organizarem localmente e encontrarem novas formas de mobilização e valorização dos seus recursos e novas vias de revitalização social e económica, dinamizando a competitividade territorial, o que implica também uma participação e responsabilização activa de toda a comunidade.